

Amor à Integridade

Colectânea de Textos do Fórum Anti-Corrupção

4





Agradecimentos

O Comissariado contra a Corrupção quer aproveitar esta oportunidade para expressar os mais sinceros agradecimentos a todos os jornais de língua chinesa de Macau pela reserva de espaço nas suas edições para publicação da coluna especial do “Fórum Anti-Corrupção”, assumindo o seu compromisso com a responsabilidade social de fomentar os bons costumes de integridade.

Esperamos poder continuar a contar com as opiniões e sugestões dos amigos do sector da imprensa para construir, num esforço comum, uma sociedade íntegra.



Introdução

Desde o seu estabelecimento, o Comissariado contra a Corrupção tem recorrido a vários meios para a sensibilização da integridade, procurando o apoio de todos os sectores sociais na construção de uma sociedade íntegra. Com a colaboração do sector da imprensa, os jornais de língua chinesa de Macau publicam, desde 2001 e a cada duas semanas, através da coluna subordinada ao tema “Fórum Anti-Corrupção”, especialmente aberta em prol do CCAC, textos curtos por este elaborados, com teor envolvendo a consciência de integridade e casos da área da provedoria de justiça, para que os cidadãos aprofundem o seu conhecimento sobre a legislação relativa ao combate à corrupção de Macau e elevem a consciência de salvaguardar legalmente os próprios direitos.

No intuito de um conhecimento sistemático dos leitores sobre as acções desenvolvidas no âmbito do combate à corrupção, o CCAC, depois da publicação das três edições do “Amor à Integridade” desde 2004, vem a dar à estampa o “Amor à Integridade 4”, uma consequência da compilação de 30 textos publicados na coluna “Fórum Anti-Corrupção”, que narram vários temas como a legislação relativa ao combate à corrupção nos sectores público e privado, medidas preventivas de corrupção, condutas íntegras dos trabalhadores dos serviços públicos e adaptações de casos reais da área da provedoria de justiça.

O CCAC espera que a narração com linguagem simples usada no “Amor à Integridade 4” permita a todas as camadas sociais entenderem mais facilmente a legislação relativa ao combate à corrupção e a importância da integridade para os indivíduos e a sociedade, actuarem verdadeiramente no conhecimento e cumprimento da lei e manterem-se íntegras, com vista à construção, em conjunto, de uma Macau justa e íntegra.



Índice

INTEGRIDADE

Em estrito cumprimento das regras da companhia, devem recusar-se vantagens ilícitas.....	8
Recusa de vantagens ilícitas para salvaguarda dos direitos e interesses dos condóminos.....	10
Com a regulação da aquisição de bens e serviços, beneficiam companhia e trabalhadores.....	13
Vendas de acordo com a lei aumentam a reputação comercial.....	16
Cumprimento das regras da empresa salvagam um ambiente empresarial íntegro.....	18
Divisão do trabalho na aquisição de bens e serviços beneficia a prevenção da corrupção.....	21
Regras legais devem ser cumpridas.....	24
Observância das orientações empresariais evitam conflitos de interesses.....	26
Nunca se deve cobiçar comissões ilícitas.....	28
Devemos ou não receber “lai si” por ocasião do Ano Novo Lunar?.....	30
Controlo rigoroso pode garantir a segurança.....	32
Igualdade na observância das regras da companhia, sem excepção para trabalhadores em regime de tempo integral e parcial.....	34
Carta de condução deve ser obtida através do caminho certo.....	37
Devemos tratar os assuntos através do caminho certo e cumprir a lei para não cair nas malhas da justiça.....	40
Valorizar o espírito de servidor público e recusar a vantagens.....	43



PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Responsabilidade pela manutenção da habitação económica.....	46
Emissão atempada de relatório de exame médico.....	48
Veículo ilegalmente apreendido pelas autoridades policiais?.....	50
Instalação de mais lugares de estacionamento automóvel beneficia os cidadãos.....	52
Dúvidas sobre processo de espera no serviço público.....	55
Serviços públicos devem exercer com rigor sua função fiscalizadora..	57
Problemas relacionados com fiscalização de cobrança indevida de taxas por escolas particulares aderentes à escolaridade gratuita.....	60
A Administração deve assegurar o normal funcionamento das instalações públicas.....	63
Incidente do transporte de plantas para Macau.....	65
Especial atenção à segurança dos alunos e necessidade de atribuições reforçadas.....	68
Pede escusa nos termos da lei para garantir a justiça no processo de aquisição de bens e serviços.....	71
Execução fiscal inadequada.....	74
Multa fora de prazo deve ser paga.....	76
Boa organização na forma de inscrição.....	78
Execução selectiva da lei?	81



INTEGRIDADE

Em estrito cumprimento das regras da companhia, devem recusar-se vantagens ilícitas

Chegado a casa depois do exercício matinal, o tio Wa desfruta habitualmente do seu pequeno almoço na sala de jantar. Ao ler um jornal do dia para saber das actualidades sociais, deu um murro na mesa, de repente, e gritou: — Que absurdo! — Acabando por acordar, Meng Chai que saindo do quarto, ainda meio a dormir perguntou: — Que aconteceu, papá?



O tio Wa disse indignado: — O jornal dá conta de que o CCAC descobriu um caso em que dois médicos que gerem uma instituição privada de cuidados médicos, para obter proveitos próprios, induziram ou coagiram médicos subordinados a eles, no sentido de encaminhar doentes para um laboratório privado, para os mesmos fazerem análises laboratoriais desnecessárias, mas às escondidas do seu empregador e em violação dos deveres deontológicos. Simultaneamente, esses dois médicos recebem mensalmente, em privado, do laboratório “honorários de consultadoria”, em retribuição ao aconselhamento médico juntos dos doentes e ao acompanhamento do relatório de exame médico. Por serem suspeitos de cometer o crime de corrupção passiva no sector privado, foram conduzidos pelo CCAC ao Ministério Público.

Sem perceber nada, Meng Chai perguntou: — Mas isso tem a ver contigo? Será necessário estares tão chateado? — O tio Wa confessou: — Terei sido uma das vítimas. Ainda há pouco fui a uma clínica privada e o médico aconselhou-me a fazer uma análise laboratorial sem razão aparente. Fiquei perplexo naquela altura... — Impaciente, Meng Chai interrompeu o pai e disse: — Não estarás a ser demasiado desconfiado? Como é que sabes que o caso tem a ver com aquela clínica? Não faças suposições sem provas.



Olhando para Meng Chai, o tio Wa lembrou-se de repente: — Meng Chai, disseste ontem à noite que irias ter com o teu primo, Sio Keong, que é assistente do gerente de um grupo comercial, para ele tentar que os serviços de restauração colectiva, de uma agência de viagens que pertence ao grupo em que ele trabalha, sejam consignados ao restaurante que abriste com um amigo. Tencionas ainda pagar uma comissão a Sio Keong depois de tudo estar feito, não é? — Meng Chai acenou que sim e perguntou: — Papá, tens um raciocínio rápido, mas distraído. Como é que isso veio de repente à tua cabeça?

De sobranceiras franzidas, o tio Wa leu em voz alta o jornal: — O facto de um empregado receber, em privado, sem a concordância do seu empregador, vantagens indevidas, como contrapartida da violação de deveres profissionais, significa que actua ignorando as regras da companhia, incorrendo num crime de corrupção passiva do sector privado, enquanto aquele que presta as vantagens pratica um crime de corrupção activa. — Lido o jornal, o tio Wa fitou Meng Chai e disse: — Pensa bem se tu e Sio Keong actuarem conforme o planeado, incorrerão ou não, tal como está escrito no jornal, nos crimes de corrupção activa e passiva?

Sentado ao lado do tio Wa, Meng Chai disse sorrindo: — Papá, nunca passou pela minha cabeça que fosses tão esperto. É incrível conseguires associar uma ideia à outra. Estás realmente correcto desta vez. Ontem à noite, Sio Keng recusou categoricamente a minha ideia quando lha fui sugerir. Afinal, o grupo em que ele trabalha faz cumprir regras de trabalho. A adjudicação dos serviços de restauração colectiva da agência de viagem está sujeita a um procedimento pré-estabelecido, para evitar que os empregados traíam os interesses da companhia em proveito próprio.

De resto, Sio Keong já participou numa palestra sobre a prevenção da corrupção, a qual foi realizada pelo CCAC a convite do grupo. Ele explicou-me sobre a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado e disse-me ainda que, quem comete crime de corrupção, tanto activa como passiva, é passível de cumprir pena de prisão. Papá, fica descansado, o teu filho não vai praticar qualquer acto ilícito. Hoje, vou apresentar oficialmente uma proposta ao grupo em que Sio Keong trabalha. Espero que consiga obter, por via legal e com a força real do nosso restaurante, a adjudicação dos serviços de restauração colectiva. — Ao ouvir estas palavras, o tio Wa sentiu-se mais descansado.



Recusa de vantagens ilícitas para salvaguarda dos direitos e interesses dos condóminos

O tio Meng e Chan Wa são, respectivamente, o presidente e o vice-presidente da nova comissão de administração da Associação de Condóminos do Edifício “On Lok”. Como vai terminar em breve o contrato de substituição e manutenção da iluminação com eficiência energética do prédio, Chan Wa encontra-se em casa do tio Meng a falar sobre a renovação do referido contrato.

— Chan Wa, devemos acrescentar ou não esta cláusula no novo concurso? Sou realmente leigo no que diz respeito a obras. Dá-me alguns conselhos — disse o tio Meng coçando a cabeça.

— Eu também não conheço bem isso. A Companhia Leong Leong presta serviços ao nosso prédio há dois anos. Nada mal quanto aos serviços de manutenção, porém o preço é um pouco elevado. Se for possível, prefiro renovar o contrato directamente com esta companhia, para poupar trabalho — disse Chan Wa em tom meio sério.

— Renovar directamente o contrato? Parece que assim não será adequado. No passado, a comissão costumava comparar diferentes propostas — disse o tio Meng.



Entretanto, a esposa do tio Meng, saindo da cozinha para servir duas tigelas de sobremesa disse: — Façam uma pequena pausa primeiro. — Ao ver que nenhum deles tinha vontade de provar a sobremesa, sugeriu: — Meu querido, o senhor Wu, gerente da companhia de iluminação Leong Leong, não te chegou a telefonar ontem para falar sobre a renovação do contrato? Se as condições oferecidas forem razoáveis, seria preferível renovar o contrato com eles. De qualquer maneira, vocês dois prestam serviços à



associação apenas a título voluntário, não devem estar tanto preocupados com isso.

O tio Meng disse: — Minha querida, não sabes da história toda. Ontem, o gerente Wu, ao tentar persuadir-me a renovar o contrato, disse que todas as lâmpadas do nosso prédio tinham sido substituídas por lâmpadas de poupança de energia. Agora o que é necessário são basicamente os trabalhos de manutenção. Se for renovado o contrato sob as mesmas condições, ele dar-me-á, em privado, como retribuição, 10% dos lucros obtidos pela companhia nas despesas de administração do condomínio.

Ao ouvir isso, Chan Wa ficou de cara séria e perguntou: — Tio Meng, não me digas que já te comprometeste com ele? Há duas semanas, o CCAC descobriu um caso em que um presidente de uma associação de condóminos terá recebido vantagens de um fornecedor de equipamentos, para que o mesmo conseguisse a renovação do contrato de prestação de serviços, através da falsificação de documentos, fazendo com que os condóminos do prédio tivessem de pagar mais dezenas de milhares de patacas. Ambos acabaram por ser suspeitos de cometer os crimes de corrupção activa e passiva previstos na Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, assim como o crime de falsificação de documento previsto no Código Penal. Foram logo encaminhados para o Ministério Público. Nunca desafies a lei!

O tio Meng disse com calma: — Fica descansado. Eu é que não faço coisas ilegais. Desde que eu desempenho o cargo de presidente da comissão, tenho acompanhado com muita atenção as informações e notícias sobre a administração de prédios, já li a notícia que acabaste de mencionar. Como responsável da comissão da associação de condóminos, compete-me salvaguardar os interesses de todos os condóminos. Não é comigo trair os condóminos só por causa de pequenas vantagens e ainda ser acusado de corrupção passiva. Não sou assim tão estúpido.

— Exactamente. Restam ainda três meses para terminar o contrato, há ainda tempo para se preparar. Além disso, o senhor Chan que mora na moradia B do 14.º andar é engenheiro electromecânico. Que tal pedir-lhe alguns conselhos sobre as cláusulas do concurso? — sugeriu Chan Wa.



— É verdade. Esqueci-me que o senhor Chan é engenheiro electromecânico. Vamos falar com ele, depois de comer a sobremesa.

No fim, o tio Meng e Chan Wa, em conjunto com outros vogais da comissão de administração, concluíram a elaboração dos documentos do concurso, seleccionando através do novo concurso, a companhia com melhores condições e preço. Devido à redução das despesas, as taxas de administração do condomínio foram também reduzidas, ficando todos os condóminos beneficiados.





Com a regulação da aquisição de bens e serviços, beneficiam companhia e trabalhadores

No ano passado, Soi Wa passou a trabalhar num hotel. Para matar saudades de uma velha amiga, combinou com Mei Chan, sua ex-colega da companhia de relações públicas, um encontro no café-bar do hotel onde agora trabalha.

Mal se sentou, Mei Chan não parou de fazer elogios à decoração de Natal do *lobby* do hotel. Soi Wa disse com orgulho: — Claro que é linda, sou a responsável pelo projecto. Não penses que é como fazíamos antes, bastando escolher uma empresa que conhecemos para tratar das decorações. Este hotel tem um conjunto de regras a ser observadas para aquisição de bens e serviços, além da necessidade de consultar os preços de, pelo menos, três empresas, existe um processo de selecção. A adjudicação só é decidida após a comparação dos preços e qualidade de produtos e serviços. Não se pode adjudicar, como se quiser, a determinada empresa. Além disso, a consulta de preços, a selecção das propostas e a recepção de produtos são da responsabilidade de diferentes colegas. Fiz realmente muitos trabalhos no âmbito da aquisição de bens e serviços. Apesar do valor das despesas com a decoração de Natal deste ano ser menor do que no ano anterior, o resultado é ainda melhor.

Mei Chan disse abanando a cabeça: — Mas isso leva tempo e acarreta custos desnecessários. Ao fim e ao cabo, prezamos pela eficiência. Não é necessário fazer a comparação de propostas. Importante é a conveniência e rapidez. Basta escolher uma empresa que conhecemos e que forneça produtos e preste serviços. Devido à cooperação de longa data, as empresas já sabem as nossas exigências. Além disso, controla-se melhor o andamento do processo, se tudo isto estiver a cargo de um só colega.

— Eu também pensava dessa maneira. Mas depois de comparar, parece-me que é vantajoso para trabalhadores, a existência de um conjunto de regras claras, que presidem à aquisição de bens e serviços. Como sabes, se o processo de aquisição couber a um só colega, é-lhe fácil cair numa cilada de

vantagens indevidas. Dessa forma, pode a companhia ser lesada e o colega responsável violar a lei — explicou Soi Wa.

Mei Chan disse de sorriso na cara: — Será tão grave como disseste?



Soi Wa respondeu, com ar sério: — Estou a dizer a verdade. Ainda recentemente, li uma notícia de um cozinheiro-chefe de um restaurante, detido pelo CCAC, sendo suspeito de cometer o crime de corrupção passiva no sector privado, após ter recebido dinheiro indevidamente oferecido por um fornecedor e aceite produtos alimentares não qualificados no processo de aquisição de produtos alimentares, facto que provocou perdas e danos ao restaurante. Ora, esta situação, não pode ser resolvida com uma mera indemnização pecuniária. Se fosse observado um procedimento de aquisição de bens e serviços, bem elaborado e um mecanismo de fiscalização recíproca, casos desses não ocorriam. Por isso, as regras de trabalho garantem não só que a companhia não sofra perdas e danos, mas também evite que os seus trabalhadores cometam erros e, conseqüentemente uma melhor protecção dos mesmos.

— Tens razão — disse Mei Chan — Os nossos colegas que lidam com a aquisição de bens e serviços recebem sempre presentes dos fornecedores, sobretudo quando se aproxima o Natal e Ano Novo. A acumulação destes pequenos favores pode, com efeito, interferir na capacidade de julgamento dos trabalhadores.

— Segundo as regras do nosso hotel, não é permitido ao pessoal receber presentes dos fornecedores. Se não houver hipótese de os recusar, é obrigatório informar superiormente — disse Soi Wa, sorrindo — Já fazes parte da gerência da companhia, não deverias elaborar as regras de trabalho em favor da companhia e colegas?



— Tens razão. A vossa prática é bastante merecedora de referência. Vou propor ao patrão a definição das regras de trabalho a seguir pelos colegas. Assim a regulação não só vai garantir os interesses da companhia, como também evitar irregularidades por parte do pessoal, podendo até aumentar a confiança dos nossos fornecedores — disse Mei Chan.



Vendas de acordo com a lei aumentam a reputação comercial

A entrada do mês de Dezembro coincide com a época das viagens de finalistas do ensino secundário, que muitas escolas começam a preparar de forma intensa. As agências de viagens aproveitam também esta boa oportunidade para obter melhores resultados nos seus negócios, recorrendo a todos os meios ao seu alcance, verificando-se assim uma grande concorrência no sector. Kou, um dos concorrentes, encontra-se a fazer a promoção de excursões aos finalistas de uma escola.



— Chefe Chan, estão aqui as informações e a cotação da excursão de finalistas que nos pediu na última vez. Faça o favor de dar uma vista de olhos. Se tiver alguma dúvida, não hesite em colocar questões, às quais vou tentar responder — esclareceu Kou, entregando as informações.

Lendo de relance as informações de outras agências de viagens colocadas na secretária do chefe Chan, Kou ficou meio desiludido e preocupado em não conseguir fechar negócio, procurando saber o que o chefe Chan pensava: — Chefe Chan, a nossa agência considera muito importante a excursão de finalistas da vossa escola. Desta forma, espero que senhor chefe nos possa dar a oportunidade de a servir. — Depois de uma pequena pausa e perante o silêncio do chefe Chan, Kou murmurou: — Chefe Chan, depois do Natal aproxima-se o Ano Novo Lunar, tem alguns planos para passar o feriado fora de Macau com os seus familiares? Tenho aqui dois pacotes gratuitos de viagem individual para Pequim. Por favor, aceite meu gesto carinhoso.

Percebendo a intenção do agente, o chefe Chan pôs de lado os papéis e disse: — Peço desculpa, não posso aceitar estes pacotes de viagem. A nossa



escola tem um conjunto de regras elaboradas para aquisição de bens e serviços que obrigam à comparação das várias propostas, definindo os critérios que presidem à avaliação. Além do mais, é absolutamente proibida a aceitação pelos trabalhadores da escola de benefícios dados em privado por fornecedores.

Kou continuou a insistir: — Compreendo. Que tal o seguinte: Logo que decida ir viajar, faço-lhe um *upgrade* do seu quarto de hotel. Assim, a escola já não tem conhecimento e consigo fazer negócio, podendo resolver dois problemas de uma assentada.

O chefe Chan disse, abanando as mãos em sinal de recusa: — A questão não é o tipo de benefícios que me serão oferecidos. Se eu aceitasse os seus “favores”, além de violar as regras da escola, o pior é que poderíamos cometer crimes. Sabe que empregados que recebam vantagens indevidas, como contrapartida de não observarem as regras da companhia, poderão incorrer nos crimes de corrupção activa e passiva previstos na Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado. De facto, o CCAC tem organizado sessões de esclarecimento sobre a referida lei. Então a vossa companhia não promoveu a participação dos empregados nestas actividades?

Kou ficou em silêncio, cabisbaixo e com o rosto corado, de vergonha — De facto, os eventuais benefícios podem ser expressamente clarificados na vossa cotação. Se as vossas condições forem realmente mais vantajosas do que as outras, não se preocupe com a falta de negócios — disse o chefe Chan com um tom sincero.

— Desculpe, chefe Chan, tem razão. É de facto pouco correcta esta minha atitude. Os nossos benefícios deviam ser especificados na cotação e não concedidos pessoalmente. Vou imediatamente fazer uma alteração, espero que a nossa agência possa derrotar os outros adversários mediante serviços de qualidade e condições vantajosas.





Cumprimento das regras da empresa salvagam um ambiente empresarial íntegro

— Corta! Senhor Realizador, o enredo parece um pouco absurdo e não consigo desempenhar mais o papel... — disse Ip, no palco, com as mãos na cintura, olhando para Chi Ko, argumentista teatral. O contacto visual entre os dois tornou o ambiente tenso e ninguém ousou dizer mais alguma coisa.

— Resta pouco tempo para o dia da estreia e só agora é que dizes que o guião tem problemas? — disse Chi Ko muito perplexo.

Ip e Chi Ko, ambos alunos da Faculdade de Administração de Empresas de uma universidade local, andavam ocupados com ensaios de uma peça teatral a estreiar-se no próximo Natal, tendo como tema principal a cultura da gestão da integridade empresarial. No entanto, Ip, protagonista da peça, não se identificava com o guião de Chi Ko.

Ip disse: — Eu desempenho o papel de um jovem talentoso e dinâmico, responsável pela candidatura da Companhia A a um concurso público de obras, fazendo todo o possível para que as obras em causa venham a ser adjudicadas à nossa companhia. Agora, um empregado da Companhia B, nosso rival, afirma poder facultar-nos, clandestinamente, os elementos da proposta da sua companhia, tendo como condição o pagamento a ele de uma pequena comissão como contrapartida. Que mal tem? Tal como se costuma dizer: O mundo dos negócios parece um campo de batalha, quem se conhece a si mesmo e ao adversário vencerá todas as batalhas. Ao patrão interessa apenas conseguir a adjudicação, independentemente do estratagema que utilizo. Eu, “empregado meritório”, não serei despedido por isso...

Chi Ko interrompeu dizendo: — Deves saber que o conteúdo de uma proposta é confidencial para a companhia. Se um empregado tirar proveito próprio através da sua venda a outrem, ocultando isso do patrão, é claro que o patrão não admitirá.



— Não me digas que é também um acto ilícito se alguém quiser facultar-nos informações úteis, recebendo, em contrapartida, uma recompensa razoável?
— discordou Ip.

Sabendo que Ip ainda não compreendia totalmente a mensagem principal que o guião pretendia transmitir, Chi Ko esclareceu com paciência: — De facto, para escrever o guião, recolhi muitas informações. A história baseia-se num caso de corrupção no sector privado que foi descoberto há pouco pelo CCAC. O envolvido era gestor de projecto sénior de uma empresa privada de gestão de projectos de obras. Ele era responsável por um concurso público de empreitada de um projecto de construção em grande escala e pela apreciação das respectivas propostas. Obteve, no exercício das suas funções, informações comerciais



confidenciais, nomeadamente, as propostas preliminares dos concorrentes bem como os pontos fortes e deficiências das mesmas. Ocultando ao patrão o seu acto, aquele gestor solicitou uma comissão a um empregado de uma das empresas concorrentes, como contrapartida do fornecimento de dados sob sigilo comercial relacionados com esse concurso público. Tal acto não é apenas intolerável pelo patrão como também um crime, violando a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado. A minha história é exactamente para aprofundar o conhecimento dos colegas sobre a importância da gestão da integridade empresarial, E mais importante é que devemos conhecer e cumprir a lei, bem como estimar o nosso futuro, com visto a evitar a caída por engano nas malhas da justiça.

Surpreendido com estas palavras, Ip manteve-se em silêncio durante muito tempo. Continuou Chi Ko: — O empregado da Companhia B, nesta peça, pede-te um suborno e o facto de lhe dares uma comissão em troca de informações é corrupção activa. Nos termos da lei, a corrupção activa do



sector privado é punível, no máximo, com pena de dois anos de prisão e, a corrupção passiva, no máximo, três anos de prisão. De facto, enquanto o empresário tem que dar importância à gestão da integridade empresarial, devem os empregados obedecer às regras de trabalho da companhia, para não praticar actos prejudiciais aos interesses do empregador e destrutivos do próprio futuro. Isto é muito importante para nós que iremos agora entrar no mercado de trabalho!

Vendo Ip acenar a cabeça em sinal de compreensão, Chi Ko mudou o tom e disse brincando: — Ip, o teu personagem acaba por colher aquilo que semeou, estando totalmente perdido e desacreditado. Para não estragar a tua imagem de lindo rapaz, seria melhor substituir-te por outra pessoa!

— Senhor Realizador, não me goze, esta história tem um significado profundo. Vou certamente fazer todo o possível para ter sucesso ao desempenhar este papel. — Perante a desculpa dada pelo Ip com um sorriso engraçado, todos se riram, ficando a atmosfera mais aliviada, continuando assim o ensaio.





Divisão do trabalho na aquisição de bens e serviços beneficia a prevenção da corrupção



“Wa Tat”, uma pequena agência comercial com longa existência no mercado, perante a sua prosperidade no mercado nos últimos anos, faz com que o seu patrão pretenda expandir o negócio. Para tal, contratou o gerente Wan que trabalhava numa empresa de grande dimensão, na expectativa de fazer a

agência subir a um patamar mais alto. O gerente Wan promoveu uma reunião com os trabalhadores da agência logo depois de assumir o seu cargo, com o objectivo de conhecer o funcionamento da agência e divulgar o seu plano de trabalho.

— Tenciono renovar os computadores dos trabalhadores — anunciou o gerente Wan — Começemos por procurar fornecedores. A quem cabia esta tarefa?

Man Ko, um dos trabalhadores mais antigos, levantou devagar a mão. O gerente Wan perguntou: — Então, a quem compete a definição dos requisitos dos produtos e a consulta de preços aos fornecedores? — Também foi Man Ko que respondeu a esta pergunta. O gerente Wan continuou: — E, mais a questão da recepção das cotações, selecção de fornecedores adequados e recepção final de produtos, quem é o responsável?

Murmurou a secretária Mei que ficava ao lado: — Gerente Wan, todos os trabalhos relativos à aquisição de bens e serviços cabiam a Man Ko, desde a consulta de preços até à recepção de produtos. Ele é considerado “homem dos sete ofícios” nas aquisições da nossa agência.



Ouvindo estas palavras, o gerente Wan ficou com expressão séria.

Face a isto, Man Ko ficou inquieto, com medo de que o gerente Wan desconfiasse, pondo em causa a sua capacidade de trabalho, por os seus trabalhos de aquisição de bens e serviços feitos anteriormente não serem apropriados. Após a reunião, Man Ko dirigiu-se para o gabinete do gerente Wan, para tentar saber o que se passou.

— Fica calmo, Man Ko — acalmou-o o gerente Wan — Sabes que se o procedimento de aquisição de bens e serviços recair apenas sobre uma só pessoa, é fácil haver risco de corrupção.

Com os olhos arregalados, Man Kok afirmou: — Gerente Wan, eu é que não sou deste tipo!

Não sabendo se devia rir ou chorar, o gerente Wan disse: — Entendeste mal a minha ideia. Já ouvi dizer que és uma pessoa honesta. Por isso, nunca desconfiei de ti. Mas, a minha longa experiência profissional diz-me que se o processo de aquisição de bens e serviços ficar a cargo de uma só pessoa, sem um bom mecanismo de fiscalização, prejudica a prevenção da corrupção. Há vários anos na companhia onde trabalhei ocorreu um caso em que um empregado responsável pelas aquisições, ocultando da companhia, encomendou produtos à loja de um amigo dele em contrapartida de uma comissão em privado. O pior é que os produtos em causa eram de qualidade inferior. Dado que todo o procedimento, ou seja, desde a consulta de preços até à recepção de produtos, só lhe coube a ele, já era tarde quando a companhia descobriu o caso. A perda de lucro é insignificante, mas a perda da credibilidade empresarial é o problema maior. A ocorrência deste tipo de problemas já não é uma mera questão de negócio, pode mesmo ser crime de corrupção passiva do sector privado. Não quero que isso se repita na “Wa Tat”.

Man Ko acenou a cabeça em sinal de compreensão. O gerente Wan adiantou: — Como o nosso pessoal era limitado, havia obviamente dificuldades na divisão do trabalho. À medida que vamos aumentando o quadro de pessoal e expandindo os negócios, as aquisições tornar-se-ão cada vez mais diversificadas. Agora é a altura oportuna para definir o procedimento



de aquisição para que os postos sejam assegurados por diferentes colegas, podendo assim pôr em jogo o papel de controlo mútuo. Queres transmitir-lhes a tua experiência?

Man Ko respondeu prontamente: — Sempre às ordens!



Regras legais devem ser cumpridas

A tia Sam entrou furiosa num restaurante onde a sua vizinha Sra. Lei se encontrava a desfrutar do chá da tarde. Sentando-se, começou logo a desabafar com ela.

— Sra. Lei, já que trabalhas também na farmácia, por favor, diz-me o que pensas disto! — disse a tia Sam com respiração ofegante.

A tia Sam sofre do coração e precisa de fazer exames médicos periódicos no hospital, assim como toma regularmente medicamentos, à hora indicada pelo médico. Há pouco foi aviar a receita médica, a uma farmácia que fica ao pé do restaurante e o farmacêutico deu-lhe os medicamentos, conforme o tipo e a quantidade prescritos na receita. Só que a tia Sam tinha outros pedidos.

— O médico só prescreveu medicamentos na quantidade para um mês. Para a semana tenho de voltar para a minha terra, onde vou ficar dois meses. Sei que esta quantidade de medicamentos é insuficiente. Por isso, eu queria comprar mais algumas embalagens de medicamentos. Mas fiquei surpreendida porque o farmacêutico disse que não me podia vender mais medicamentos — explicou a tia Sam ficando cada vez mais alterada — Pago e não peço nada de graça. Além do mais, tenho receita médica. Quero só mais algumas embalagens. Mas ele recusou-me. É realmente falta de sensibilidade humana.



A tia Sam baixou a voz: — Eu até tentei pedir-lhe um favor, dando-lhe cem patacas como gorjeta. Mas, ele recusou. Disse que era um acto ilegal. Será que a compra de medicamentos é crime? É realmente falta de sensibilidade humana.



A Sra. Lei abanou a cabeça e disse sorrindo: — Tia Sam, a tua acusação é injusta. O medicamento de que precisas só pode ser vendido mediante receita médica, pelo que o farmacêutico deve seguir as regras. De facto, além de obrigar os seus trabalhadores ao cumprimento das “Normas de conduta para os trabalhadores”, a farmácia, como membro do sector, deve cumprir as regras legais de trabalho. Existe em Macau uma série de leis específicas reguladoras de profissões, nomeadamente farmacêuticos, agentes de seguros e guias turísticos, ou seja, as regras legais de trabalho, claro que incluindo a Lei das Relações de Trabalho, que prevê como deveres dos empregados guardar lealdade ao empregador e manter sigilo. Mesmo que isto não esteja estipulado no contrato de trabalho da companhia ou nas normas de conduta para os trabalhadores, os empregados devem cumpri-los.

Perante a expressão discordante da tia Sam, a Sra. Lei continuou a explicar: — Se o farmacêutico aceitasse a vantagem por ti oferecida e te vendesse os medicamentos sem receita médica, violaria não só as regras legais de trabalho como também incorria num crime de corrupção passiva. E tu violarias também a lei por lhe ofereceres vantagem ilícita.

Ouvindo estas palavras, a tia Sam apanhou um susto: — Oh! Afinal isto é violação da lei. Ainda bem que o farmacêutico é homem de princípios e cumpre as regras. Caso contrário, eu teria cometido um erro. Ah! Tenho que lhe pedir desculpa.

Com efeito, de acordo com a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, se o empregado de uma empresa privada aceitar vantagens, como contrapartida de omissão do cumprimento das regras, no exercício das suas funções profissionais, constituirá violação da lei. De resto, existe em Macau uma série de leis específicas que regulam determinadas profissões. Os empregados devem também cumprir as regras legais de trabalho. Como cidadãos, nunca devemos seduzir os empregados com vantagens, para não infringirmos a lei.





Observância das orientações empresariais evitam conflitos de interesses

— Tai Weng, deves estar com muita fome depois de trabalhar durante o dia todo. Vem cá comer uns petiscos — Mei Pou, irmã mais velha de Tai Weng, veio servir a mesa e perguntou preocupada — Há muito que não vinhas comer no meu restaurante, tens andado muito ocupado com o trabalho da agência de viagens?

— A Páscoa aproxima-se. Estou a preparar vários grupos de excursão ao exterior. Além disso, preciso também de organizar os assuntos relativos aos grupos locais — respondeu Tai Weng que foi contratado há pouco tempo pela agência de viagens e tem como trabalho principal do dia a dia projectar itinerários turísticos e efectuar promoções. Engolindo a comida, disse: — Por causa do aumento vertiginoso dos grupos de excursões locais, a agência precisa de colaborar com mais algumas lojas e restaurantes para organizar o programa de compras e restauração. O gerente incumbiu-me de seleccionar alguns estabelecimentos comerciais para sua referência. E por isso não tenho mãos a medir.

De repente, Mei Po teve uma ideia genial: — Firmas parceiras da agência de viagens? Tai Weng, que tal recomendes o meu restaurante para ser um dos estabelecimentos de comidas indicados pela vossa agência? Se o restaurante servir grupos de turistas, o meu negócio será garantido.

Tai Weng disse com hesitação: — Irmã, eu gosto muito de te ajudar, mas ao recomendar o restaurante de um familiar, receio que seja entendido como transacção feita “por baixo da mesa”. A lei sobre prevenção da corrupção no sector privado é sempre divulgada na televisão. Não é?

— Não achas que pensas de mais? Não estou a te subornar com vantagens! Ainda por cima, vou fazer um preço especial à tua agência. Não será mais conveniente se houver uma pessoa conhecida na futura organização e contacto? Pode ser considerado um acto de benefício mútuo. A tua agência tem alguma regra que proíbe a recomendação da firma comercial propriedade



de um familiar do trabalhador?

— Parece que a agência não tem regras nesse aspecto... — disse Tai Weng meio perplexo — Amanhã vou perguntar ao meu gerente sobre isso.

No dia seguinte, depois de ouvir a dúvida de Tai Weng, o gerente Cheang disse sorrindo: — Tai Weng, o facto de teres esta sensibilidade merece realmente apreço! De facto, o CCAC incentiva-nos sempre a elaborar um código de integridade de acordo com a realidade do sector e o funcionamento da empresa.



O gerente Cheang deu a Tai Weng um exemplar de código de integridade da agência de viagens e disse: — A nossa agência elaborou há tempo um código que inclui os procedimentos de aquisições e de declaração de conflito de interesses. Lê-o com atenção depois. O código prevê a obrigatoriedade de apresentar declaração de interesses à agência em

caso de conflito de interesses nos procedimentos de aquisições. O que interessa à nossa agência, Tai Weng, é um parceiro que preste serviços de boa qualidade com um preço acessível. Podes recomendar o restaurante do teu familiar, sem qualquer problema, desde que actues consoante os procedimentos da agência. Feita a lista das firmas recomendadas, a selecção caberá a um grupo de trabalho específico. Também a agência não quer ver qualquer situação irregular. — Ao ouvir disso, Tai Weng sorriu muito satisfeito.

O código de integridade empresarial estabelece as regras a seguir pelo pessoal, para que saiba como agir perante conflito de interesses, abstendo-se do incumprimento das regras e da lei. Isto não só protege o pessoal como também salvaguarda os interesses do empregador e a reputação comercial da empresa, permitindo que ambas as partes fiquem a ganhar.



Nunca se deve cobiçar comissões ilícitas

Chon trabalha há alguns anos numa pequena e média empresa como responsável por aquisições, sempre com rigor no exercício das suas funções. Fazia sempre o trabalho de casa antes da aquisição de novos produtos, pelo que conseguiu, muitas vezes, comprar produtos com preço acessível e de qualidade para a sua empresa.

Logo depois das festividades do Ano Novo Lunar, ficava a seu cargo a aquisição de um novo lote de digitalizadores. Embora o seu superior não tivesse nenhuma exigência especial quanto ao modelo, recomendou repetidas vezes a necessidade de adquirir produtos de melhor qualidade. Quando procedia à recolha de informações sobre os produtos, o seu telefone tocou repentinamente.



— Chon, Kung Hei Fat Choi! Espero que este ano me dê mais favores! — disse no telefone Ka Keong, agente de vendas dos equipamentos informáticos — Ouvi dizer que a vossa companhia pretende comprar os novos digitalizadores. Temos em estoque um lote de modelo A2011 que tem funções

necessárias ao escritório em geral.

— Oh? Não sou perito neste aspecto, mas segundo as informações que encontrei na *internet*, o modelo mais recente do digitalizador dessa marca é o A2012. Além do mais, não há grande diferença entre os preços dos dois. Não estará desactualizado o modelo A2011? — perguntou Chon preocupado.

Ka Keong disse em voz baixa: — É o seguinte, o meu patrão quer vender, o mais rápido possível, todos os A2011 que restam. Sinceramente, quanto aos produtos informáticos, surgem todos os dias novos modelos. Não é fácil acompanhar de perto a tendência do mercado. As funções deste



modelo dão para satisfazer as vossas exigências. Além disso, mesmo que um dia, a vossa companhia venha a descobrir que estes produtos não são os mais recentes, poderás dizer que não tinhas conhecimento. Como se costuma dizer, “ignorância é inocência”. Não haverá problemas. Claro que não te vou tratar com mesquinhez, especialmente, não será pequena a comissão. Por favor, pensa na minha proposta!

Depois de estar a ser persuadido, Chon disse imediatamente: — Oh, Ka Keong, não digas que me estás sempre a fazer favores e não repitas sempre a expressão “ignorância é inocência”. A nossa companhia tem regras rigorosas sobre a aquisição de bens. Se eu estiver ciente da existência da melhor opção do mercado e mesmo assim aceitar a tua comissão especial, comprando mercadorias de qualidade inferior, estarei a contrariar as regras da companhia e poderemos meter-nos em sarilhos, por violação da lei.

Ka Keong desconfiou: — A sério? — Chon adiantou: — É claro. Se eu aceitar uma comissão indevida, sem conhecimento da companhia, como contrapartida de comprar produtos teus de qualidade inferior, poderemos incorrer no crime de corrupção no sector privado!

Ka Keong tremeu e transpirou de medo: — Não sabia que seriam tão graves as consequências. Eu retiro o que disse e peço desculpas. De facto, os produtos em questão têm qualidade e funcionalidade garantidas. Além disso, o preço é negociável. Tu até podes recomendá-los para vossa companhia!

— É isso mesmo e jamais repetirás tal coisa. Na verdade, desde que seja boa a qualidade e razoável o preço, acredito que a nossa companhia terá em consideração os vossos produtos — disse Chon.



Devemos ou não receber “lai si” por ocasião do Ano Novo Lunar?

Por ocasião das festividades do Ano Novo Lunar, os negócios do restaurante corriam de feição. Durante o intervalo para descanso, no fim de um período extremamente ocupado, Mei Che, chefe dos empregados de mesa e Iat Tong, empregado de mesa, descansavam a um canto. Mei Che tirou da bolsa um “lai si”: — Olha! Iat Tong, este é o “lai si” por início de trabalho que o senhor Chan te ofereceu. Recebi-o por ti esta manhã.

— Senhor Chan? É aquele senhor Chan que é sócio do nosso restaurante?
— Iat Tong abriu o “lai si” e perguntou com cuidado: — Mei Che, posso receber este “lai si”? Tenho receio...

Mei Che disse sorrindo: — É claro que podes. Se calhar não sabes muito bem por seres novo aqui. O senhor Chan tem sido generoso. Nunca deixou de distribuir “lai sis” aos trabalhadores por ocasião do Ano Novo Lunar. Tens medo de quê? Não existe qualquer “troca de interesses”. Não fizeste nada de ilícito para receberes “lai si”.

— Eu julgava que já não se podia receber “lai si” desde a entrada em vigor da lei que pune a corrupção no sector privado — disse Iat Tong que reagiu com um ar envergonhado.

— Não sabes da missa a metade! Antes de vir trabalhar aqui, a nossa companhia organizou uma palestra sobre a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado. Na altura, foi abordada a questão da recepção de presentes por



ocasião do Ano Novo Lunar. Se a forma de oferecer “lai si” e o seu montante corresponde aos usos e rituais sociais sem intenção de obter, em troca,



proveitos e do outro lado não forem violados os deveres profissionais, não se pode considerar que haja crime — explicou Mei Che.

— Será que não há problema quando um cliente me der “lai si” por ocasião do Ano Novo Lunar sem que me peça para praticar qualquer acto que contrarie as regras da companhia, como contrapartida? — perguntou Iat Tong.

Mei Che respondeu: — Mas, o CCAC chamou a nossa atenção que, apesar de não existirem normas legais que regulem a aceitação de presentes por parte dos empregados de empresa privada, estes devem observar as regras da companhia e manter-se alerta para não as violar. Citando um exemplo negativo, são especialmente numerosos os clientes do nosso restaurante durante a época do Ano Novo Lunar, pelo que neste período as mesas são disponibilizadas pela ordem de chegada, não se abrindo excepções para os clientes frequentes. Se algum cliente te der propositadamente um “lai si” com vista à dispensa da espera, há obviamente violação das regras da companhia, logo haverá problemas, pois o que existe é uma troca de interesses. — Iat Tong disse: — Já estou a perceber, obrigado por chamares a minha atenção, Mei Che.

Mei Che continuou: — A tua cautela e prudência merece aplausos. De facto, a companhia também dispõe de normas de trabalho neste aspecto, estabelecendo o valor limite e forma de tratamento de presentes recebidos. Como és um trabalhador novo, deves familiarizar-te, o mais rápido possível, com estas normas. Só assim é que te podes acautelar melhor, evitando a violação das regras. — Iat Tong acenou com a cabeça em sinal de concordância e aceitou o “lai si” sem mais preocupação.





Controlo rigoroso pode garantir a segurança

Por ocasião do fim do ano, muitas pessoas têm pressa em acabar as obras de benfeitorias das suas casas antes do início do Ano Novo Lunar. A companhia de obras de benfeitorias em que Weng trabalha está encarregue de muitas obras e sem mãos a medir. Weng, embora seja capataz, é aquele tipo “faça-você-mesmo”. Nesse dia, durante a recepção final das obras de um apartamento, descobriu que as tomadas eléctricas utilizadas são diferentes das indicadas inicialmente.

Por conseguinte, Weng dirigiu-se à Loja de Artigos Eléctricos “Heng Kei”, questionando o patrão Chan sobre as tomadas. De facto, os cabos eléctricos, as tomadas e outros equipamentos usados em obras de benfeitorias que a “Heng Kei” vende, enquanto agente comercial, têm sido de boa qualidade. E os preços são mais elevados do que a generalidade das lojas, mas muitos clientes consideram merecidos, pelo que a companhia de Weng resolveu recentemente adquirir aqueles artigos exclusivamente com a “Heng Kei”. Weng tem já em mente que a qualidade está acima de tudo e apenas pretende pedir à “Heng Kei” para trocar as tomadas, sem receio de perder tempo na respectiva substituição.

Ao ver Weng aparecer, o patrão Chan pensou logo que ia fazer mais negócios e disse sorrindo: — Meu deus da fortuna, estiveste aqui há poucos dias e hoje voltas para comprar produtos. Que negócio próspero!

Weng disse: — É assim, as tomadas que comprámos há pouco... — Enquanto Weng perguntava, o patrão Chan começou a ficar embaraçado e puxou Weng para um canto, dizendo em voz baixa: — Weng, tem realmente olho apurado. É certo que são produtos de categoria inferior aos anteriores, e só lhes falta o certificado de inspecção de qualidade. Pela aparência, não diferem daquilo que precisas.

Perante a não reacção de Weng, o patrão Chan forçou um sorriso amarelo: — Que tal continuar com o preço original na cotação e a diferença do preço ficará para si. É apenas uma categoria inferior, não deverá causar problemas. A



nova instalação das tomadas levaria mais trabalho. O atraso no andamento das obras pode causar, pelo contrário, perdas à sua companhia.

Ouvindo as palavras do patrão Chan, Weng disse com ar sério: — Não diga que me concede favores. E agora oferece-me vantagens ilícitas, para que eu oculte isto ao meu patrão, constituindo assim a corrupção activa. Ambos somos do mesmo sector e bem sabemos que a qualidade das tomadas pode ser uma questão muito importante. Em caso de ferimentos ou morte de pessoas por utilização de produtos de qualidade inferior, poder ser um crime qualificado. Segundo a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, se a corrupção activa e passiva forem idóneas a causarem prejuízos à saúde ou segurança de terceiros, os agentes não são apenas punidos com pena de prisão, como também podem ver a pena agravada. Há tempo, um ex-empregado de uma companhia de serviços de automóveis da cidade vizinha, por ter recebido vantagens do seu fornecedor, prometeu ocultar a qualidade defeituosa da alcatifa do automóvel, acabando por ser condenado a pena de prisão.

O patrão Chan ficou logo calado.

Weng abandonou e decidiu informar o seu patrão de tudo isso, sugerindo a eliminação da companhia do patrão Chan da lista de fornecedores, com vista a assegurar a cooperação com fornecedores credíveis e salvaguardar os interesses e direitos da sua companhia.



Igualdade na observância das regras da companhia, sem exceção para trabalhadores em regime de tempo integral e parcial

Kin Chong, Ka Pou e Choi U, depois da escola secundária, optaram por ficar em Macau para prosseguir os seus estudos. Durante as férias, todos eles querem procurar um trabalho em regime de tempo parcial, para além de poderem ganhar o dinheiro para pagar as propinas, aproveitam também a oportunidade de adquirir experiência na sociedade.



Ka Pou foi a primeira a encontrar um trabalho em regime de tempo parcial, disse radiante a esses dois bons amigos: — Eu trabalho na Loja de Artigos de Couro “Hou Hou” como empregada de balcão e, apesar de ser em regime de tempo parcial, o pagamento não é mau.

Depois de ouvir isso, Choi U disse com os olhos arregalados: — Estavas a falar sobre a Loja de Artigos de Couro “Hou Hou”? Ali todos os artigos são de marcas famosas. Ouvi dizer que a encomenda de algumas malas de edição limitada leva pelo menos um ano!

— Ah! Ah!... Afinal, tu sendo rato de biblioteca, também estás atenta às informações de moda! Estás correcta. A nossa loja é frequentada todos os dias por numerosos clientes e na lista de espera para encomenda de malas de edição limitada constam várias dezenas de pessoas. Quando os clientes são avisados para levantar os seus produtos, ficam todos contentes como se fossem ganhar um prémio! — disse Ka Pou excitada.

— Para as coisas de moda, o que importa é obter o mais rápido possível.



Imagina, quando pegas numa mala que outros não conseguem comprar mesmo que tenham dinheiro, tanta admiração e inveja! Por curiosidade, eu queria saber se alguns clientes te deram vantagens para “ajustar” a lista de espera, por forma a obterem o mais rápido possível as suas encomendas? Se assim for, conseguirás um rendimento ainda mais considerável — Choi U olhou de soslaio para Ka Pou e perguntou em tom de brincadeira.

— Vantagens? És realmente um profeta. Ontem, um cliente veio dizer que me ia oferecer bilhetes de entrada no concerto “*Super Voice*” na esperança de que eu pudesse ajudá-lo a furar a fila de encomendas — Ka Pou lembrou-se de repente.

Kin Chong que estava ao lado a ouvir o diálogo, perguntou alterado: — Então, chegaste a prometé-lo? Segundo o que disseste, parece que isso tem algum problema.

— É claro que não! Recusei-o imediatamente. Uma vez que na entrevista o supervisor da loja falou comigo, deixando claras as normas de conduta dos trabalhadores. Referiu que é regra da loja que a encomenda seja tratada consoante a ordem de entrada da mesma — disse Ka Pou.

— Bilhetes de entrada no concerto “*Super Voice*”? — Choi U ficou com os olhos arregalados — Muita gente quer comprar esses bilhetes. Só que já estão esgotados há muito tempo e não pensei que pudesses obtê-los tão facilmente. Ka Pou, só és trabalhador em regime de tempo parcial e não integral, trabalhas dois dias por semana, não deves estar abrangida pelas normas de conduta dos trabalhadores. Podes considerar a proposta do cliente. Assim, poderemos ir juntos ao concerto.

Ka Pou disse franzindo as sobrancelhas: — Choi U, sabes que se eu aceitar a proposta daquele cliente, o patrão poderá apurar as minhas responsabilidades, incluindo a responsabilidade criminal. É corrupção passiva e as consequências são muito graves. Qualquer empregado que aceitar ou prometer aceitar vantagens indevidas, como contrapartida da violação das regras da companhia, cometerá crime de corrupção passiva prevista na Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, sem excepção para trabalhadores em regime de tempo parcial. No futuro, quando encontrares trabalho em regime de tempo



parcial, deves também lembrar-te desta regra. Não te iludas! Não penses que o trabalho em regime de tempo parcial não está sujeito às normas de conduta dos trabalhadores.

Choi U corou e disse embaraçada: — Nunca pensei que as consequências fossem tão graves. Eu disse isso só por brincadeira...

— Entrámos no mercado de trabalho agora mesmo e não sabemos nada, pelo que devemos estar familiarizados com mais normas legais para melhor nos protegermos. Tenho conhecimento da legislação aplicável após a navegação pela página electrónica do CCAC no que se refere à Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado. — Depois de ouvir isso, Choi U e Kin Chong pegaram imediatamente nos telemóveis para navegar na *internet*.





Carta de condução deve ser obtida através do caminho certo

— Deve ceder a passagem nesta intersecção! Não se esqueça de fazer sinal luminoso antes de mudar de direcção! — Hoje, na aula prática de condução, o instrutor lembrou novamente a Ka Chon as coisas que devem ser tidas em atenção e recomendou-lhe que não fosse demasiado nervoso, senão voltaria a ser reprovado na prova como nas últimas duas vezes. Ka Chon vai submeter-se, em breve, à terceira prova prática do exame de condução. Basicamente a sua técnica de condução não tem problemas, só que nas últimas duas provas práticas ele estava muito nervoso e tomou decisões erradas, acabando por ser reprovado.

Depois da aula, Ka Chon correu para um restaurante para se encontrar com seus amigos. A amiga Chi Ieng perguntou: — Ka Chon, correu tudo bem a aula de hoje? A tua prova prática está a aproximar-se, tens confiança em passar na prova desta vez? — Não esperando pela resposta de Ka Chon, o outro amigo Seong On deixou escapar: — De facto, que dificuldade há para obter uma carta de condução? Olhem, bastou um exame e consegui.

— Dizer é fácil — Ka Chon olhou Seong On com desprezo — Não sei porque é que estou sempre extremamente nervoso no exame e não consigo pensar em mais nada, mesmo sabendo as coisas de cor.



— Talvez possas tentar ficar mais relaxado e praticar mais. Se calhar desta vez vais ser aprovado — disse Chi Ieng, consolando o amigo.

— Quero muito obter a carta de condução. Estão a fazer promoção do meu modelo favorito de carro. Se for aprovado, vou conseguir beneficiar dessa promoção e posso poupar muito. Ai... De facto, só falhei



pouco na última prova prática. Se o examinador fosse um pouco mais flexível, eu teria sido aprovado. Haverá alguma forma de assegurar o sucesso desta vez? — perguntou Ka Chon angustiado.

— De facto, tecnicamente não tens problema nenhum, apenas és nervoso e por isso o teu desempenho é afectado. Para que o examinador te dê tréguas, a única solução é preparar um grande “lai si”. Ah! Ah! Deves saber isso — Seong On disse a Ka Chon, meio a brincar, meio a sério.

— Que ideia podre é essa. Isso é crime. Não sabes? Ka Chon, não vale a pena correr o risco de vir a ter um grande prejuízo para poupar uma ninharia — opôs-se Chi Ieng.

— Eu é que não vou fazer isso. Li recentemente uma notícia segundo a qual, um homem, para passar sem dificuldades na realização da prova prática de condução de automóvel, meteu mil patacas na mão de um examinador da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, na tentativa de o subornar, mas este examinador recusou e participou o caso imediatamente. Na primeira instância, aquele homem foi condenado à pena de prisão de sete meses, com suspensão de execução da pena por um ano e seis meses. Quero muito obter a carta de condução, mas nunca utilizarei os meios ilícitos. Não vale a pena ser condenado por corrupção activa.

Chi Ieng estimulou Ka Chon — Estás correcto. Deves obter a carta de condução por capacidade própria, a obtenção através de formas ilícitas não só prejudica a ti próprio mas também a outros. Desde que estejas menos nervoso e conduzas como se estivesse a conduzir nas aulas práticas, tudo se resolve. Tenho confiança em ti.

Ouvindo estas palavras, Seong On deu uma gargalhada: — Eu disse isso apenas por brincadeira e para testar a paciência e serenidade de Ka Chon. O problema de Ka Chon é estar nervoso durante a prova. O meu avô tem um chá tranquilizante, feito de uma receita secreta da minha família. Acredito que pode ajudá-lo um pouco.



— Essa é uma forma digna de experimentar. Vou continuar a praticar com todo esforço esta semana. Como a prática faz a mestria e com o teu chá tranquilizante, acredito que vou conseguir ter sucesso desta vez — disse Ka Chon mostrando-se muito confiante.





Devemos tratar os assuntos através do caminho certo e cumprir a lei para não cair nas malhas da justiça

Na hora do almoço, o Restaurante “Muito Saboroso” estava apinhado de clientes. O patrão Wong e a sua esposa andavam numa roda viva a servir os clientes que apareceram uns após outros. Depois de uma grande correria, o patrão Wong e a sua esposa tiveram um intervalo para descansar. Uma vez sentados, falaram novamente sobre a questão da emissão de fumos oleosos do restaurante.

— Meu querido, no próximo mês, agentes do governo vão voltar a fazer a inspecção da emissão de fumos oleosos do nosso restaurante. Estou muito preocupada com nova reprovação na inspecção — disse a Sra. Wong preocupada — Já sabes que, na última vez, queixaram-se que a nossa emissão de fumos oleosos era muito grande, sendo a mesma reprovada pelos agentes do governo e tendo-nos sido exigidas melhorias. Se desta vez a nossa emissão continuar a ser reprovada, será provável que nos seja aplicada uma multa ou a suspensão de actividades para reparação.

— Não te preocupes com isso. Já pedi a um mestre para verificar novamente e reparar o equipamento de filtragem de fumos oleosos. Desta vez não deve haver problema — o patrão Wong disse muito confiante.

— Não é assim que se diz! Apesar dos fumos oleosos saírem em menor quantidade do que anteriormente, “mais vale prevenir que remediar”. Agora que o negócio do restaurante está a correr tão bem, se formos realmente obrigados a suspender as actividades alguns dias por causa da questão dos fumos oleosos, os nossos prejuízos serão muito grandes — de repente, a Sra. Wong teve uma ideia e murmurou ao marido — Meu querido, que tal prepararmos vários “lais” para untar as unhas de agentes do governo durante a reinspecção. Não será isso uma garantia para a aprovação na inspecção.

Vendo o marido em silêncio total, a Sra. Wong continuou: — “A cortesia não custa nada”, dando-lhes pequenas vantagens, o assunto será resolvido mais



facilmente. Seria bom se conseguíssemos passar na inspeção e, estes “lai sis” seriam considerados uma gorjeta. Se formos reprovados conforme mostra o instrumento de medição, podemos também lhes pedir para dar um tratamento mais flexível, repetindo mais algumas vezes a inspeção. Se calhar assim a nossa emissão corresponderia aos padrões exigidos.

Franzindo as sobrancelhas, o patrão Wong respondeu: — Minha querida, isso é subornar os agentes do governo. É um crime! Certamente que não tens em atenção uma recente notícia, segundo a qual, dois responsáveis dum restaurante da zona central, por causa da questão de emissão de fumos oleosos, tentaram subornar um agente que tomava conta da inspeção com um envelope de “lai si” contendo 4.500 patacas, para influenciar o resultado da inspeção. Acabaram por ser detidos pelo CCAC. A pena máxima por subornar agentes públicos é de três anos de prisão.

A Sra. Wong sofismou: — Eu nunca pedirei a agentes públicos para praticarem qualquer infracção, aprovando o que obviamente não deve ser aprovado. O que queria é apenas comprar um “seguro”. Além do mais, são apenas gorjetas...



O patrão Wong repreendeu: — Eu recomendo sempre que tenhas em atenção as notícias, não devendo só jogar “mahjong”. Sabes que se um agente público, depois de receber as nossas vantagens, mesmo que actue apenas conforme as regras e fique o nosso equipamento de emissão de fumos aprovado na inspeção, comete um crime e é punível com pena de prisão, o que está expressamente previsto na lei!

A Sra. Wong, sabendo que a sua ideia era estúpida, sentiu-se envergonhada. O patrão Wong não deixou de consolá-la: — Minha querida, para resolver a questão, temos que seguir o caminho certo. Não vale a pena



correr o risco de vir a ter um grande prejuízo para poupar uma ninharia. Caso sejam envolvidos em ação judicial, teremos custos bem mais elevados que os ganhos! Já procedemos à melhoria conforme as exigências dos serviços competentes. Tenho confiança na aprovação desta vez.





Valorizar o espírito de servidor público e recusar a vantagens

No *lobby* de um serviço público, uma idosa e um trabalhador do balcão de atendimento estavam a fazer jogo do empurra com uma caixa de prendas. — Leve lá isso! É apenas um pequeno gesto de carinho, para retribuir o entusiasmo e a ajuda que vocês me deram há tempos — disse a Sra. Chan tentando oferecer uma caixa de chocolates a



Cheok Pan, funcionário público da linha da frente.

Face à insistência da Sra. Chan, Cheok Pan, que acabou de ingressar na função pública há pouco tempo, não sabia o que havia de fazer, apesar das várias tentativas de recusa. Ao ver tudo isto, o chefe funcional Fai veio tirar Cheok Pan de apuros: — Muito obrigado pela sua amabilidade. É nosso dever fazer bem os trabalhos. Não precisa de nos oferecer prendas. O seu reconhecimento pelo nosso trabalho já é a melhor prenda.

A Sra. Chan insistiu: — Eu sei. Só queria expressar o meu agradecimento, pois naquele dia vocês ajudaram-me muito. É apenas uma caixa de rebuçados. Não façam cerimónia e levem lá isso. — Depois de Fai Ko explicar com paciência, a Sra. Chan acabou por ir embora levando consigo a prenda.

Cheok Pan perguntou perplexo: — De facto, uma caixa de rebuçados não custa nada, mas recusá-la desta forma pode parecer muito arrogante.

Fai disse: — Nós, enquanto funcionários públicos, temos o dever de prestar serviços aos cidadãos. Além disso, a lei estabelece que os funcionários públicos não podem receber vantagens que não lhes sejam legalmente conferidas, sobretudo as vantagens oferecidas pelos interessados.



Cheok Pan insistiu em perguntar: — Então, na próxima semana é o Festival da Primavera. Se alguém nos oferecer “lai sis” ou prendas, como rezam os usos e costumes e para que haja um bom presságio, que problema haverá? Será que não é permitida a oferta de “lai sis” ou prendas entre amigos?

— Em princípio, é permitida a oferta mútua de prendas entre parentes e amigos. Mas o funcionário público deve ainda tomar atenção se o amigo que lhe oferece prendas mantém ou poderá vir a manter, no futuro próximo, relações com o seu serviço. Em caso afirmativo, não deve aceitar qualquer prenda e “lai sis”, para não levantar suspeitas desnecessárias e mal entendidos ao público, surgindo conflitos de interesses que impeçam o exercício imparcial de funções públicas — explicou Fai.

Cheok Pan continuou a perguntar: — Se a oferta e a aceitação de prendas não tiver nada a ver com as relações de serviço, sendo apenas feita entre parentes e amigos durante nas festividades, como é que tratamos disso?

Fai explicou: — Tratando-se de mera oferta de prendas e “lai sis” entre parentes e amigos, é aceitável desde que a forma, a ocasião e o montante correspondam aos usos e costumes e sem que exista motivo ilícito. No caso da Sra. Chan, embora ela fizesse isso por agradecimento e sem qualquer motivo de troca de interesses, imagina se aceitássemos a prenda dela! Isso poderia causar, inevitavelmente, suspeitas por parte de outros, levando ao comprometimento da reputação do Serviço.

— Estou a perceber. Já sei como é que vou actuar se confrontado com essa situação — Cheok Pan brincou fazendo continência a Fai — No futuro, vou pedir-te mais conselhos. — Fai acenou a cabeça sorrindo. Ambos voltaram aos postos de trabalho para continuarem a trabalhar.





PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Responsabilidade pela manutenção da habitação económica

Depois de muitos anos em lista de espera para candidatura à habitação económica, Kin e a sua esposa Mei I passaram recentemente a ser condóminos do Edifício do Lago. Numa manhã, Mei I pegou num aviso de pagamento e disse: — Meu querido, recebi hoje um aviso emitido pela empresa de administração de condomínios sobre a questão da cobrança das despesas com a manutenção do edifício...



Kin interrompeu e questionou-a: — Que despesas com a manutenção? Não passou meio ano desde a nossa ocupação do edifício e ainda vigora o período de garantia e manutenção, devendo pois, ser o empreiteiro a pagar as despesas. Porque é que recaem sobre nós enquanto condóminos as despesas com manutenção?

— O Instituto de Habitação (IH) deve intervir, em vez de permitir que a empresa cobre abusivamente as taxas — Kin descarregou a sua raiva na gestão do IH.

— Também não estou a perceber muito bem. Meu querido, já que disseste que isto se trata de um acto administrativo de um serviço público, devemos ou não revelá-lo ao CCAC para saber se está no âmbito das suas atribuições?

— Kin acenou a cabeça em sinal de concordância e disse: — Está bem. Vou telefonar para a linha aberta da Provedoria de Justiça do CCAC para obter um esclarecimento.

Depois de receber a queixa de Kin, o CCAC informou-se logo da situação junto do IH. Segundo este Instituto, o Edifício do Lago é uma habitação económica construída como obra pública do Governo da RAEM, pelo que o empreiteiro deve assumir a responsabilidade por reparações resultantes dos



defeitos dos materiais da própria obra ou da execução das obras durante o período de garantia de dois anos.

Nos termos do regime jurídico do contrato das empreitadas de obras públicas em vigor, cabe ao empreiteiro, durante o período de garantia, eliminar os eventuais vícios existentes na construção. Acresce ainda que, ao abrigo do Código Civil e do Regulamento Geral da Construção Urbana, cabe aos condóminos a gestão do dia-a-dia do edifício, nomeadamente a conservação apropriada do mesmo, com vista a manter a utilização normal da construção. Por outras palavras, há diferença entre a responsabilidade pela manutenção do edifício por parte dos condóminos e a responsabilidade pela prestação de garantia por parte do empreiteiro.

Mais adiantou o IH que as despesas com manutenção referidas por Kin são os 10% das despesas com administração mensais deduzidas pela empresa de administração do Edifício do Lago, nos termos do Código Civil, com vista à constituição de um fundo comum de reserva para fazer face às despesas imprevistas de montante elevado que surjam no futuro. Sendo assim, essas despesas não precisam de ser cobradas aos condóminos e serão cobertas pelo fundo de reserva.

— Minha querida, a verdade é que a lei obriga os condóminos a assumirem a responsabilidade de manutenção do edifício mesmo durante o período de garantia. Felizmente estavas com calma e aconselhaste-me a telefonar primeiro ao CCAC para que fosse esclarecida a situação. Caso contrário, poderia ter surgido um mal-entendido — disse Kin elogiando repetidas vezes a sua esposa.





Emissão atempada de relatório de exame médico

À chegada da filha à casa depois do serviço, a mãe, Sra. Lam, saiu com pressa da cozinha e disse muito nervosa à Kai I: — Amanhã cedo, telefona por mim ao Dr. Wong para alterar a minha marcação de consulta da próxima semana.

Franzindo as sobrancelhas, Ka I perguntou: — Mãe, a agenda do Dr. Wong é sempre muito apertada. Tenho receio de que a tua consulta seja adiada para daqui a dois meses. Porque é que precisas de alterar a data?

— Ai! Também não quero alterar a marcação — suspirou a Sra. Lam — mas o Dr. Wong exigiu que levasse comigo o relatório do exame médico do Centro Hospitalar Conde de S. Januário na próxima consulta. No princípio de Janeiro, pedi ao hospital a emissão do relatório, só que até agora ainda não foi emitido. Não fará sentido nenhum ir à consulta médica sem o relatório. O que mais me dá dores de cabeça é não saber quando é que o relatório será emitido, pelo que não me resta outra solução senão alterar a marcação da consulta do Dr. Wong.

Ka I perguntou perplexa: — O hospital disse que a emissão do relatório levava apenas 25 dias úteis. Agora já é Março! É incrível que o relatório não tenha sido emitido ainda!

— Isso mesmo! Pedi no princípio de Janeiro ao hospital dois relatórios do exame médico. Por volta de duas semanas depois, o hospital emitiu um, mas o outro ainda não foi emitido. Passou já há muito tempo o prazo de 25 dias úteis — disse a Sra. Lam com ar de quem não sabe o que fazer.

— Será isto uma das irregularidades administrativas a que se referem sempre na rádio? — disse Ka I enquanto telefonava para a clínica do Dr. Wong para alterar a marcação da sua mãe.

Depois lembrou-se do número da linha aberta da Provedoria de Justiça do CCAC divulgado na rádio e resolveu telefonar para o CCAC pedindo ajuda.



Logo que recebeu a queixa de Ka I, o CCAC deu o devido acompanhamento. Segundo o guia das formalidades para pedido do relatório de exame médico do hospital, levam cerca de 25 dias úteis para o tratamento do pedido dos respectivos serviços. Fazendo a conta dos dias, sabe-se que o hospital não emitiu realmente, dentro do prazo estabelecido, o relatório de exame médico à Sra. Lam.



Posto isto, o CCAC procurou informar-se da situação junto do hospital que, em resposta, confessou não ter elaborado atempadamente o relatório de exame médico, mas relevou que iria chamar a atenção dos serviços competentes para isso e comprometeu-se a tomar medidas para melhorar os trabalhos neste

domínio. No que se refere ao caso concreto da Sra. Lam, o hospital disse que o médico responsável elaborou em Abril o relatório de exame médico solicitado. A Sra. Lam já levantou o relatório depois de avisada pelo hospital.

Ka I, depois de tomar conhecimento que a sua mãe recebeu finalmente o segundo relatório de exame médico, não conseguiu conter um suspiro: — Espero que o hospital possa, no futuro, cumprir a Carta de Qualidade, emitindo atempadamente os relatórios de exames médicos, para que os doentes fiquem livres de preocupações.



Veículo ilegalmente apreendido pelas autoridades policiais?

— Tong, levei ontem o meu carro para o mecânico consertar. Podes dar-me uma boleia depois do serviço? Estou com pressa para ir buscar a minha filha à escola. — perguntou Sio Leng aproximando-se da secretária do seu colega, Tong.

Parece que as palavras de Sio Leng puseram o dedo na ferida de Tong que não se conteve: — Teria todo o gosto em te ajudar! Só que o meu carro foi apreendido há quase um mês e não sei quando é que o poderei retomar.

— O que aconteceu? Porque é que o carro foi apreendido? — perguntou Sio Leng preocupada.

— No mês passado embati por descuido num veículo da Polícia de Segurança Pública (PSP) e só naquela altura é que notei que a minha apólice de seguro tinha passado da validade. Apanhei uma multa e o carro foi apreendido — suspirou Tong cabisbaixo — Sei que a culpa foi minha e por isso paguei imediatamente a multa e renovei também logo o seguro. De mais a mais, comprometi-me por escrito a pagar a indemnização. Mas até agora a PSP ainda não me contactou. O valor da indemnização não está determinado e o carro está ainda apreendido. Estes dias tenho andado também de autocarro apinhado de gente para levar o meu filho para a escola. Ai... Não sei quanto tempo irá demorar até resolverem o problema.



Depois de ouvir isso, Sio Leng ficou perplexa e tentou resolver o problema de Tong: — Conforme o que disseste, já fizeste tudo aquilo que devias fazer e o serviço em causa deve devolver-te o carro. Será isso considerado como apreensão ilegal do veículo alheio? Que tal telefonares para a linha



aberta da Provedoria de Justiça do CCAC. Será melhor do que ficares amuado todos os dias. — Pelas palavras certas ditas no momento certo, Tong telefonou logo para a linha aberta da Provedoria de Justiça do CCAC.

O CCAC procedeu à análise da queixa de Tong, considerando que, nos termos da lei, um veículo sem seguro de responsabilidade civil pode ser apreendido se circular nas vias públicas. E se ocorrer um acidente de viação nesta situação, é necessário ainda pagar indemnização, ou o veículo só será libertado da apreensão depois da prestação da caução correspondente ao valor mínimo de seguro obrigatório.

Por outro lado, dado que o veículo que Tong embateu era um veículo do serviço público, o serviço competente deve, depois de tomar conhecimento da ocorrência do acidente de viação, concluir a investigação dentro de 30 dias. Se a situação for complicada, pode prolongar-se por 30 dias. Na altura em que Tong pediu informações, ainda não tinham ultrapassado os 60 dias, isto é, o prazo mais longo legalmente estabelecido.

Quando o CCAC se informou sobre a situação junto da PSP, esta informou-o que o assunto já estava resolvido e ia avisar Tong para levantar o seu carro.

Depois de receber a comunicação da PSP, Tong compreendeu que é preciso tempo para resolver a questão. Sio Leng disse sorrindo: — Afinal, o serviço competente, no tratamento do acidente de viação que envolve veículos oficiais, tem outro procedimento. No futuro, quando houver problemas, perguntamos para obter mais informação, evitando aborrecimentos desnecessários.



Instalação de mais lugares de estacionamento automóvel beneficia os cidadãos

O tio Seng chegou a casa descarregando a raiva. Logo depois de entrar na sala de estar colocou na mesa a chave do automóvel e sentou-se, amuado, no sofá sem dizer uma palavra.

— Pai, está calor! Bebe mais chá para acalmar um pouco o calor — disse o filho Kin, dando ao pai um copo de chá. O tio Seng expirou longamente e disse: — Que irritante! Tu também sabes que são poucos os auto-silos públicos no Bairro da Areia Preta e



ainda menos o número de lugares de estacionamento da via pública. Ainda há pouco, não consegui encontrar aqui perto um lugar de estacionamento mesmo depois de procurar quase uma hora. Não será isto irritante? — o tio Seng trouxe um gole de chá e continuou: — O mais irritante é que em frente do nosso edifício há uma série de lugares de estacionamento para automóveis ligeiros, mas como deves ter notado, existem entre as duas garagens quatro lugares de estacionamento sem parquímetro onde estão sempre estacionados veículos. Uma vez que não há parquímetro, aqueles veículos podem ficar no estacionamento por longo tempo de borla. É muito injusto.

Kin acenou a cabeça: — É verdade. Eu também vi. Aqueles quatro lugares de estacionamento não dispõem realmente de parquímetro, o que permite estacionar carros durante um período longo. Há realmente um problema. Que tal irmos apresentar queixa?

— Já apresentei queixa à Direcção dos Serviços para os Assuntos de



Tráfego (DSAT) há meses, mas é incrível que a DSAT nem deu acompanhamento nem resposta à minha queixa. Com efeito, o que eu quero é muito simples, é criar ali mais lugares de estacionamento com parquímetros. Será isto tão difícil de fazer? — o Tio Seng tornou-se cada vez mais irritado.

— Pai, acalme-se primeiro. A saúde é mais importante. Vou acompanhá-lo à Delegação do CCAC na Areia Preta para apresentar queixa.

Recebida a queixa do tio Seng, o CCAC procedeu à investigação, informando-se sobre a situação junto da DSAT.

Em resposta, a DSAT disse que tinha mandado fazer uma inspecção e medição *in loco*, descobrindo que no referido espaço havia árvores plantadas, circunstância esta fez com que não fosse possível a instalação de lugares de estacionamento. Além do mais, a área dos lugares de estacionamento não dava para satisfazer os padrões para colocação de parquímetro, pelo que era necessário efectuar obras no piso para racionalizar o ambiente do espaço de estacionamento. A DSAT tinha um plano de troca entre os referidos lugares de estacionamento e os lugares para motociclos que estavam contíguos, instalando três lugares de estacionamento para automóveis ligeiros com parquímetro e uma zona com 25 metros de comprimento para estacionamento de motociclos. As obras seriam executadas posteriormente.

Após a análise, o CCAC entende que entre os ditos quatro lugares de estacionamento, sobre o qual o tio Seng apresentou queixa, existem árvores plantadas, o que condiciona, de certo modo, a instalação de lugares de estacionamento com parquímetros, pois estariam fraccionados. A zona contígua para estacionamento de motociclos, onde por não existirem árvores plantadas, dá para instalar três lugares padronizados de estacionamento com parquímetro destinados a automóveis. Daí pode ver-se que o projecto da DSAT sobre a troca das duas zonas de estacionamento é mais eficaz e flexível para rentabilizar o espaço de estacionamento do local, corresponde às condições do local e responde à solicitação do queixoso no que se refere à instalação de lugares de estacionamento com parquímetros.

Depois de tomar conhecimento da resposta, o tio Seng disse ao Kin: — A instalação de lugares de estacionamento com parquímetros, por um lado,



evita a ocupação gratuita e prolongada nos lugares em causa, por outro lado, permite-nos estacionar os veículos num lugar mais perto da nossa casa. Este tipo de arranjo deveria ter sido feito desde cedo e só assim pode, do ponto de vista dos cidadãos, ajudar-nos a resolver o nosso problema.





Dúvidas sobre processo de espera no serviço público



— Tat, ainda estou no Centro de Serviços da RAEM na Areia Preta à espera da minha vez, na área dos assuntos fiscais. Hoje há muitas pessoas... — Lan Fong estava a olhar para o painel electrónico do *lobby* enquanto falava ao telefone. Nesta altura, uma senhora com uniforme de

uma empresa chegou-se ao balcão de atendimento onde Lan Fong estava à espera, depois de falar um bocadinho com o funcionário no balcão, deixou uns documentos e abandonou o local. Perante esta situação, Lan Fong não se conteve e queixou-se em voz alta: — Como é que ela fura sempre as filas? Isto é de mais!

— Que foi? — perguntou Tat do outro lado do telefone sem saber o que se estava a passar. Lan Fong continuou: — Em várias vezes que estive aqui para tratar das formalidades, vi sempre a mesma senhora a ir ter directamente com o funcionário do balcão de atendimento sem respeitar a fila. Isto é de mais!

Desligado o telefone, Lan Fong estava ainda muito irritada. Depois de tratar das formalidades, Lan Fong deixou o Centro de Serviços da RAEM e foi para a Delegação do CCAC na Areia Preta queixar-se da injustiça que presenciou.

Depois de receber a queixa de Lan Fong, o CCAC informou-se sobre a situação junto da Direcção dos Serviços de Finanças (DSF). Em resposta, a DSF referiu que, para escoar o fluxo de pessoas nas horas de ponta, ao tratar as formalidades que não estão abrangidas pela Carta de Qualidade e demoram mais tempo (caso de entrega de um grande número de boletins de inscrição do imposto profissional M/2), normalmente os funcionários aceitam primeiro



os documentos e tratam-nos mais tarde quando estiverem menos ocupados. Após a conclusão deste procedimento, a DSF contacta os apresentantes dos documentos. Assim, o tempo de espera de cidadãos pode ser encurtado. Neste caso, são os funcionários de serviços de apoio que recebem os documentos e a DSF não exclui a possibilidade de esta prática provocar mal-entendidos nos cidadãos que estão em fila de espera. Por este motivo, a DSF já chamou a atenção dos seus funcionários para este tipo de situação e lembrou-lhes para esclarecer os cidadãos que estão na fila de espera, sempre que seja necessário.

Lan Fong continuou a mostrar o seu descontentamento: — Estou de acordo com este modo de actuar no sentido de facilitar os cidadãos na fila de espera, mas eu também fui entregar o boletim de inscrição do imposto profissional M/2. Porque é que não havia trabalhador no local a dizer-me que eu não precisava de tirar a senha e de seguir na fila e que eu podia entregar documento directamente no balcão de atendimento? As orientações da DSF não são claras.

Para melhor conhecer a situação, o pessoal do CCAC deslocou-se ao local e verificou que não existia, na realidade, qualquer placa indicativa.

No entendimento do CCAC, se nenhuma orientação clara for dada antes, é muito provável que surjam dúvidas de que a DSF dá aos cidadãos um tratamento desigual. Posto isto, após a comunicação do CCAC, a DSF tomou imediatamente medidas pertinentes, procedendo a uma redistribuição de tarefas entre os diversos balcões, estabelecendo um balcão específico destinado a cidadãos que cumprem formalidades não abrangidas pelo programa da Carta de Qualidade, no qual todos os cidadãos têm de tirar uma senha e esperar pela sua vez segundo a ordem de senha, independentemente da quantidade de impressos a ser entregue. Ademais, um aviso está afixado num lugar visível, identificando concretamente os serviços fornecidos por este balcão. Simultaneamente, está disponível pessoal de relações públicas em frente da máquina de senhas de atendimento para prestar informações e apoio a cidadãos.

Depois de tomar conhecimento que a DSF tomou as medidas de melhoria e que, no futuro, não ocorrerá nenhum incidente suspeito de alguém “furar as filas”, Lan Fong não se conteve de contentamento e telefonou para Tat para lhe contar...





Serviços públicos devem exercer com rigor sua função fiscalizadora

Como é que isso pode ser ignorado? Será que o serviço em causa não tem responsabilidade? — lendo a carta-resposta da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), Wang Ngai desabafou indignado com Son, seu colega: — Inscrevi-me numa escola de condução para tirar a carta de condução. Depois, achei que a escola não era adequada e resolvi mudar de escola. Pedi à escola uma “ficha de instruendo”. Inesperadamente, a escola disse que eu tinha de pagar MOP 500 como “emolumentos administrativos”. Considerei irrazoável a prática da escola, pelo que apresentei uma queixa à DSAT.

— Pelo teu aspecto irado, sei que não estás certamente satisfeito com a resposta desses Serviços — disse Son, quase acertando em cheio.

— É incrível que a DSAT respondesse que não houve evidente violação da regulamentação vigente relativa à instrução da condução por parte da escola de condução, sugerindo-me a resolução, directamente e mediante negociações, com a mesma — disse Wang Ngai zangado — São tão elevados os “emolumentos administrativos” a cobrar pela escola que, se eu não os pagar, ser-me-á recusada a emissão da “ficha do instruendo”. Não é isto um impedimento à minha mudança de escola? Como é que a DSAT enquanto serviço competente de fiscalização pode deixar de intervir?



Son tocou no ombro de Wang Ngai para o acalmar: — Acalma-te, não te zanges. Tal como referem na publicidade, “Se os teus direitos e interesses legítimos foram prejudicados, o CCAC pode fazer justiça nos termos da lei”. Já que tens dúvidas sobre o modo de actuação do serviço em causa,



o melhor é apresentares queixa ao CCAC. Não adianta mesmo, andares sempre a refilar.

— Pois! Tens razão. Vou agora levar todos os elementos ao Posto de Atendimento de Queixas do CCAC.

Recebida a queixa de Wang Ngai, o CCAC procedeu à investigação e análise, entendendo que a cobrança de “emolumentos administrativos” é uma prática puramente comercial, pelo que não compete ao CCAC intervir quanto ao montante exigido pela escola de condução. Todavia, nos termos do Regulamento do Trânsito Rodoviário, o director da escola de condução deve emitir, nos dois dias úteis seguintes à respectiva solicitação, cópia da “ficha do instruendo” caso o instruendo pretenda mudar de escola. Se não o fizer, a escola de condução é punida com multa. Daí pode ver-se que a emissão da “ficha do instruendo” é um dever legal, não podendo a escola de condução estabelecer quaisquer condições para a respectiva emissão.

O facto de a escola não ter emitido a “ficha do instruendo” nos dois dias úteis seguintes à solicitação de Wang Ngai sobre a mudança de escola violou manifestamente a lei. Como tal, a DSAT teria que instaurar obrigatoriamente um procedimento sancionatório, nos termos da lei. No entanto, a DSAT entendeu que não houve evidente violação da regulamentação vigente relativa à instrução da condução por parte da escola de condução e sugeriu a Wang Ngai que resolvesse, directamente e mediante negociações, o caso com a mesma. Neste caso concreto, é evidente que a DSAT não cumpriu legalmente o seu papel fiscalizador.

Para devidos efeitos, o CCAC enviou um ofício à DSAT, apelando à mesma para resolver, o mais breve possível, o caso em apreço. Por fim, a DSAT seguiu a opinião do CCAC, instaurando um procedimento contra a escola de condução envolvida e enviando um ofício circular a todas as associações do sector da instrução da condução e escolas de condução para as alertar para o prazo legalmente estabelecido para a emissão da “ficha do instruendo”, e que o mesmo deve ser cumprido.



Esta manhã, Wang Ngai, pegando na “ficha do instruendo”, disse contente a Son: — Até que enfim consegui mudar de escola. No futuro, se quiseres aprender a conduzir e pretenderes mudar de escola, já não terás esta minha experiência desagradável.



Problemas relacionados com fiscalização de cobrança indevida de taxas por escolas particulares aderentes à escolaridade gratuita

Certa manhã, no Restaurante “Tin Tin”, estavam como era habitual, um grupo de clientes frequentes que acabavam de levar os seus filhos para escola. Ouvindo a conversa entre os clientes sobre a questão da cobrança indevida de taxas por uma escola particular aderente à escolaridade gratuita, a patroa Fun Che não se incomodou de participar na festa.

— Há pouco tempo, matriculei o meu filho mais velho nesta escola particular, mas na inscrição, foram cobrados os chamados custos de exploração e emolumentos. Sentindo que era uma cobrança abusiva e muito injusta, fui revelar o caso à Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ). A DSEJ,



apesar de ter verificado a cobrança indevida de taxas pela escola, sugeriu-me entrar em contacto com a escola para resolver a restituição das taxas pagas. Enquanto isso, como serviço competente de fiscalizar as escolas particulares, ficou de braços cruzados. Que irritante é isso! — desabafou o Sr. Wong.

— Ah, é? Ao fazer inscrição da minha neta, pagámos também essas taxas, mas a escola nunca nos avisou sobre a restituição das taxas — a Sr. Cheong disse com dúvida.

— Recuperar as taxas pagas é uma coisa de importância secundária. O que me preocupa mais é quando for necessário pedir sozinho a restituição, pois a escola consegue certamente adivinhar que fui eu quem apresentou queixa ao



governo. Quando, no futuro, fizer a inscrição do meu filho mais novo na mesma escola, terei problemas. Será que terei de acarretar com as consequências? Os ganhos não cobrem as perdas — o Sr. Wong franziu as sobrancelhas.

Não se contendo, Fun Che interrompeu: — De facto, se o serviço competente tiver verificado que a escola estava a cobrar taxas indevidamente, deveria exercer a sua função fiscalizadora, instando a escola a restituir aos encarregados de educação as taxas indevidamente cobradas, em vez de lhes sugerir que resolvam a questão pessoalmente. Se o serviço competente se mantiver afastado do assunto, significa que não cumpriu os próprios deveres e, em consequência, prejudica-nos enquanto pequenos cidadãos... — Entretanto, veio a difusão publicitária na rádio: — Quando os seus direitos ou interesses legítimos forem prejudicados, não deve ficar em silêncio... — Ouvindo isso, olharam uns para os outros com um sorriso...

No Posto de Atendimento de Queixas do CCAC, o Sr. Wong contou toda a história ao pessoal de investigação. Após a investigação e análise, o CCAC verificou que no processo de tratamento da queixa, apesar de se ter verificado que não se tratou de um caso isolado de cobrança indevida de taxas pela escola envolvida, a DSEJ não adoptou quaisquer medidas para acompanhar a referida situação, sugerindo apenas ao queixoso entrar em contacto com a escola envolvida para resolver o problema da restituição de taxas, daí se livrando da responsabilidade. A forma como a DSEJ agiu perante este caso demonstra evidentemente ilegalidade e irregularidade administrativas.

Além disso, apesar de a DSEJ não ter revelado os dados pessoais do queixoso à escola envolvida, esta acabou por saber que houve queixa por parte dos encarregados de educação em relação à cobrança indevida de taxas pela escola. Na situação em que a DSEJ nunca chegou a apelar publicamente aos encarregados de educação prejudicados para que solicitassem a restituição das taxas, e por sua vez a escola envolvida também não efectuou a notificação colectiva para os encarregados de educação sobre a possibilidade de pedir a restituição das taxas, a DSEJ, porém, sugeriu ao queixoso entrar em contacto com a escola envolvida para a solução de restituição das taxas sem ter em conta a questão do direito ao anonimato do queixoso, acto esse que se revela inadequado.



Tendo em conta a existência de ilegalidade e irregularidade administrativas por parte da DSEJ no tratamento deste caso, o CCAC emitiu uma recomendação à DSEJ solicitando-lhe para proceder a uma reflexão profunda sobre o caso em apreço, aperfeiçoando os respectivos mecanismos de atendimento de queixas e, no exercício das suas atribuições, acompanhar a questão da cobrança indevida de taxas pela escola envolvida, bem como fiscalizar os actos da escola envolvida para saber se houve ou não rectificação das irregularidades. A DSEJ aceitou as recomendações do CCAC e comprometeu-se a tomar as medidas de acompanhamento.

Neste dia, no Restaurante “Tin Tin” estão presentes novamente os mesmos clientes frequentes, conversando com alegria. Vendo a patroa Fun Che, o Sr. Wong gritou: — Fun Che, eu e a Sra. Cheong recebemos a restituição de taxas da escola. Por favor, quero um pequeno almoço completo, pois tenho bom apetite hoje!





A Administração deve assegurar o normal funcionamento das instalações públicas

— Minha querida, acalma-te, venho já! — Depois de falar ao telefone com a esposa, o Sr. Lok chegou com pressa às Portas do Cerco e, ao ver a esposa assustada e a querida filha ainda muito chorosa, sentiu uma dor no coração, mas insistiu em perguntar enquanto acalmava a filha: —Minha querida, o que se passou?

— Ai! Há pouco eu estava a passar a fronteira com Cheng Cheng para ir visitar a vovó, conduzindo a nossa filha no carrinho de bebé e no elevador, surgiu de repente uma avaria. Na altura só eu e a menina estávamos lá dentro e pressionei logo o botão de alarme, sendo incrível que ninguém ligasse importância ao caso. De mais a mais, o elevador não tinha intercomunicador e ficámos retidas por 45 minutos. A filha não parou de chorar e eu também estava com muito medo. Sentimo-nos realmente sozinhas e desamparadas. Eu tinha medo que faltasse o ar no elevador, tão abafado e quente que tinha medo que a filha... — a Sra. Lok contou tudo chorando.

Depois de ouvir tudo o que se passou com a sua esposa, o Sr. Lok ficou muito zangado e dirigiu-se com os seus, directamente ao Posto de Atendimento de Queixas do CCAC para revelar o incidente de atraso no socorro, queixando-se da Administração por falta de manutenção e conservação apropriada do equipamento em causa, pondo assim em causa segurança do público.

Face à queixa, o CCAC procedeu à investigação e análise. Segundo o que foi apurado, após ter recebido nesse mesmo dia o sinal de pedido de apoio, o agente policial





deslocou-se de imediato ao local e comunicou a situação ao pessoal dos primeiros socorros do Corpo de Bombeiros e da empresa responsável pela manutenção dos elevadores. Apesar de as entidades policiais possuírem as chaves do elevador, ponderando as graves consequências que poderiam surgir ao abrir as portas do elevador, decidiram aguardar pelas operações dos técnicos profissionais da empresa responsável pela manutenção dos elevadores, em vez de abrir as portas do elevador. Quanto à decisão tomada pelas entidades policiais, não foi verificada qualquer falta de lógica, uma vez que não estavam identificadas as causas da avaria do elevador.

Por outro lado, relativamente à manutenção dos equipamentos, a Administração informou o CCAC que se dispõe de um mecanismo de gestão definido, ou seja, a empresa profissional especializado nesta área envia, semanalmente, o seu pessoal para efectuar vistoria e manutenção, tendo ainda todos, os elevadores sistema CCTV instalado.

Tendo em conta que o atraso da operação de socorro se deveu ao baixo volume do alarme do elevador, bem como à falta de agentes policiais aquando da ocorrência do incidente, o que não permitiu detectar de imediato a situação através do sistema CCTV. Para isso, os serviços competentes comunicaram ao CCAC que já tinham sido tomadas medidas para acompanhar de perto o referido sistema e todos os alarmes instalados nos elevadores do Edifício do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco tinham sido ligados ao comissariado policial do Corpo da Polícia de Segurança Pública daquela fronteira. Entretanto, foram instaladas ainda luzes intermitentes e sistemas de alarme no exterior dos elevadores para que os agentes policiais possam obter informações imediatas e prestar auxílio atempado, evitando a repetição de acidentes semelhantes no futuro.

Hoje, no Edifício do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, o casal com a filha regressando à terra natal para visitar parentes, utilizaram o elevador deste edifício. Então, o Sr. Lok fez uma observação cuidadosa e verificou o que esperava: no exterior do elevador já estavam instaladas as luzes intermitentes e dispositivo de alarme. Ele sorriu com satisfação e disse à esposa: — Minha querida, já podemos utilizar o elevador sem preocupações.



Incidente do transporte de plantas para Macau

No jardim, acabada uma aula de “taiji”, um grupo de pessoas aposentadas estavam a discutir sobre a carta que o tio Seng tinha na mão.

— Olhem, ajudem-me a fazer um julgamento! Fui comprar flores em Gongbei e segundo o patrão da florista, as orquídeas mariposas que escolhi eram de cultivo artificial. Mas agora a Direcção dos Serviços de Economia (DSE) enviou-me uma carta a afirmar que eu tinha violado o Regulamento para aplicação em Macau da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), por ter transportado orquídeas mariposas selvagens sem autorização, pelo que me é aplicada uma multa — o tio Seng mostrou aos amigos o ofício que tinha acabado de receber, encolhendo os ombros.



A história é a seguinte: O tio Seng, depois da aposentação no ano passado, começou a dedicar-se à plantação de orquídeas. No Interior da China, há mais espécies de orquídeas e com preços mais baratos do que em Macau, pelo que no mês passado, o tio Seng, sob a recomendação dada por um velho amigo, foi comprar orquídeas a uma loja de flores em Gongbei. Inesperadamente, ao entrar na fronteira de Macau, a flor foi apreendida pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e remetida para os Serviços de Alfândega. Hoje, o tio Seng recebeu uma notificação da DSE.

O tio Chan, um dos colegas da aula de “taiji” e com muita experiência na plantação de flores, disse: — Eu também vou sempre a essa loja de flores em Gongbei comprar flores. Nunca tive dificuldades de transportá-las para Macau. As orquídeas que compraste não eram muito caras, não deviam ser selvagens?



Será que o serviço competente está enganado? A Delegação do CCAC fica aqui perto. Que tal acompanhar-te para apresentares queixa para que apurem o assunto?

Depois de receber o caso do tio Seng, o CCAC procedeu à investigação e análise, verificando que, nos termos da lei, os cidadãos podem transportar para Macau plantas para uso e consumo pessoal, desde que sejam transportadas em mão ou em bagagem acompanhada, e não ultrapassem, diariamente, por indivíduo, as quantidades permitidas. A DSE permite também o porte individual de orquídeas de cultivo artificial, de quantidade não superior a 2 vasos ou 10 ramos, exportadas da Província de Guangdong, sendo dispensados os certificados e licença referidos no CITES. Mas, os cidadãos que transportem plantas para Macau estão obrigados ao dever de colaboração, isto é, quando o pessoal dos serviços competentes de inspeção sanitária assim o exigirem, devem fornecer os elementos e a descrição pormenorizada das plantas importadas (por exemplo, documento comprovativo emitido pela florista, com a denominação do viveiro, endereço e telefone, designação e quantidade da espécie). Além disso, os cidadãos devem ainda abster-se de transportar as espécies e quantidade não constantes do aviso e têm responsabilidade de possuir o rótulo de especificações emitido pela entidade de gestão da China, entre outros documentos comprovativos.

Em relação ao caso do tio Seng, segundo as informações da DSE, sendo as orquídeas mariposas transportadas pelo tio Seng uma espécie de planta em vias de extinção e constante da lista do Anexo II da CITES, a DSE tentou notificar o tio Seng por meio de ofício, telefone e anúncio para assegurar o seu direito de reclamação e audição, só que ele não conseguiu apresentar documentos comprovativos válidos das referidas orquídeas. Considerando ser infractor primário, a DSE aplicou ao tio Seng uma multa no valor mínimo previsto no decreto-lei aplicável.

— Tio Chan, já tenho a resposta do CCAC. Foi culpa minha e não da DSE, pois não consegui apresentar documentos comprovativos do vaso de orquídeas mariposas, servindo isso como uma lição para mim — disse o tio Seng.



— O conhecimento é adquirido através da experiência. Tenha especial atenção sobre a legislação neste aspecto quando comprar as plantas no Interior da China — o tio Chan não esqueceu de fazer a recomendação ao tio Seng.



Especial atenção à segurança dos alunos e necessidade de atribuições reforçadas



— Quero apresentar uma queixa! Este serviço público não procedeu à instauração de um processo para o acompanhamento da minha queixa, com suspeitas de negligência no cumprimento dos seus deveres. — Na sala de denúncias do CCAC, o tio Wong estava a fazer queixa ao pessoal deste organismo.

Aconteceu que um dia quando o tio Wong ia ao centro de explicações buscar o seu neto Hin Chai, viu-o sozinho no *lobby* do edifício onde se situava o centro de explicações, sem ninguém a acompanhá-lo.

— Presenciando esta situação, fiquei preocupado e irritado, porque deixaram um menino tão pequeno sozinho sem ninguém a acompanhá-lo. Assim é fácil haver acidentes. A consequência seria ainda mais grave se a criança fosse levada por estranhos! — o tio Wong estava ainda irritado ao lembrar-se do incidente — Sei que a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) é o serviço competente para fiscalizar os centros de explicações, por isso, fui apresentar uma queixa à DSEJ no dia seguinte.

— O que fez a DSEJ com a sua queixa? — perguntou o pessoal do CCAC, ajudando com paciência o tio Wong a contar toda a história.

— A DSEJ limitou-se a aplicar ao centro de explicações uma advertência escrita, sem outras penas mais graves, nem divulgou o nome do centro. Acho



que a DSEJ foi negligente no cumprimento dos seus deveres — o tio Wong contou num tom de voz cada vez mais elevado.

Depois de receber a queixa do tio Wong, o CCAC procedeu imediatamente à investigação e análise. Segundo o que foi apurado, na prestação dos seus serviços, o centro de explicações tem a responsabilidade legal de assegurar a segurança das crianças. No caso de causar prejuízo ou ameaçar a integridade física de crianças por negligência do centro, o mesmo terá que assumir a respectiva responsabilidade civil ou até criminal. No entanto, visto que não existe na legislação vigente qualquer sanção administrativa para a negligência no cuidado de crianças por parte de centros de explicações, a DSEJ limitou-se a fazer uma advertência, sem competências para aplicar multa ou outras sanções administrativas, ao referido centro de explicações.

Com base em informações dadas na sua reposta, a DSEJ está a elaborar um novo diploma legal para resolver as deficiências da legislação vigente, garantindo que os centros de explicações não possam praticar actos que ponham em causa a saúde física e mental dos alunos, sob pena de serem sancionados.

Segundo a análise feita pelo CCAC, as medidas da DSEJ podem contribuir para melhorar o regime de fiscalização dos centros de explicações. Considerando, porém, que há ainda um longo período a percorrer até a entrada em vigor do novo diploma, a DSEJ, enquanto serviço competente de fiscalização, deve adoptar, nesse período de tempo, medidas transitórias no sentido de evitar a ocorrência de situações idênticas, nomeadamente elaborando orientações para a segurança das crianças, reforçando a divulgação de informações relacionadas com o cuidado a se ter com as crianças e alertando ainda para as consequências de um comportamento negligente.

Além do mais, na advertência dirigida ao centro de explicações envolvido, a DSEJ apenas chamou a atenção do centro para a segurança das crianças, sem indicar as eventuais responsabilidades legais decorrentes de um comportamento negligente para com as mesmas, pelo que o teor da advertência não foi suficiente.

Nestes termos, o CCAC apresentou à DSEJ as sugestões. A DSEJ, por



seu turno, aceitou-as e afirmou que iria emitir orientações a todos os centros de explicações, permitindo-lhes conhecer os seus deveres nos cuidados prestados às crianças, bem como as eventuais responsabilidades legais decorrentes de atitudes negligentes para com as crianças.

Recebida a resposta do CCAC, o tio Wong ficou satisfeito por saber que a DSEJ já tomou medidas para o acompanhamento do seu caso.





Pede escusa nos termos da lei para garantir a justiça no processo de aquisição de bens e serviços

Um dia à tarde, o tio Chun combinou com Man Ko para tomar o chá da tarde num café. Logo que o encontrou, o tio Chun não parou de se queixar: — Não estou a perceber. As condições que a minha empresa ofereceu nas propostas não são más, mas perdemos nos últimos concursos. Acho que existem alguns problemas. — Recentemente a empresa de jardinagem do tio Chun participou em concursos públicos lançados pela Administração para prestação dos serviços de jardinagem, mas não conseguiu qualquer adjudicação.

Man Ko, olhando para o tio Chun, sorriu: — Que eu saiba, a Administração, para além do preço da proposta, tem ainda outros critérios de avaliação das propostas. Será que as outras condições que ofereceu eram tão boas como as do adjudicatário?



O tio Chun disse: — A minha empresa foi constituída há mais de dez anos e a qualidade dos serviços prestados desfruta de grande popularidade neste sector. Nunca deixamos de participar nos concursos públicos da Administração. Apesar de não ter sempre sucesso, conseguimos de vez em quando a adjudicação. Só que recentemente ficamos sempre em águas de bacalhau. Para conseguir fazer negócios com a Administração, tenho vindo a baixar os meus preços e a oferecer serviços adicionais. No entanto, o resultado é sempre o mesmo, pelo que tenho muitas dúvidas sobre esta situação.

Man Ko respondeu: — A respeito disso, recentemente ouvi-te falar, mais de uma dezena de vezes sobre o fracasso em concursos públicos da Administração para prestação dos serviços de jardinagem, concluindo que a culpa era do serviço público e não tua. Que fundamentos tens para provar isso?



— É claro que não estou a dizer asneiras. Vi uma vez que o funcionário responsável pelo processo de concursos públicos daquele serviço andava, de mãos dadas, com a patroa da empresa adjudicatária, parecendo namorados. É como diz o ditado: “Quem tem padrinho, não morre pagão”. Acredito que alguém actua injustamente e sem imparcialidade na avaliação das propostas, favorecendo os próprios amigos!

Man Ko disse: — Se for verdade aquilo que disseste, então é um acto de favorecimento. Afinal estares a desabafar comigo é que não resolve o problema. Queres que te acompanhe para apresentar queixa ao CCAC? — O tio Chun pensou um instante e acenou a cabeça em sinal de concordância.

Depois de receber a queixa do tio Chun, o CCAC procedeu à investigação e detectou que um funcionário público do serviço em questão tinha, desde 2008, uma relação íntima com a administradora da empresa de jardinagem. Em virtude das funções exercidas, o dito funcionário participava muitas vezes na avaliação de propostas em concursos públicos. No total, à dita empresa de jardinagem foram adjudicados 14 contratos de prestação de serviços, tendo o funcionário participado na avaliação de propostas como membro ou presidente da comissão de avaliação em 10 desses concursos públicos. Para além disso, nos 4 concursos públicos restantes, os critérios de avaliação das propostas foram elaborados pelo mesmo. Durante o processo de avaliação das propostas, o funcionário escondia dolosamente a relação íntima que mantinha com a referida concorrente, violando o regime de impedimentos consagrados no Código do Procedimento Administrativo.

No entendimento do CCAC, o funcionário terá violado as normas do regime de escusa consagradas no Código do Procedimento Administrativo, bem como os deveres de isenção e lealdade dos funcionários públicos. Por isso, o CCAC comunicou o caso ao serviço público a que pertence o funcionário, no sentido de proceder à instauração de um processo de investigação disciplinar.

Os funcionários públicos devem agir com imparcialidade e isenção. Em caso de conflito de interesses, devem tomar a iniciativa de pedir escusa ao superior hierárquico no sentido de evitar cair em situações embaraçosas e de suspeição. O regime de impedimentos exige aos funcionários públicos que não



participem ou tratem os procedimentos administrativos que os possam envolver em conflito de interesses, com vista a assegurar a justiça e imparcialidade das actividades administrativas.



Execução fiscal inadequada

Kit Ieng e Meng Fai estavam a almoçar na cantina da empresa. Quando Meng Fai falava entusiasticamente sobre como aproveitar bem a sua comparticipação pecuniária, ninguém esperava que Kit Ieng dissesse com voz fraca: — A minha comparticipação pecuniária foi penhorada.



Meng Fai perguntou perplexo: — Kit Ieng, o que aconteceu?

— Ai. Que azar! Por não ter recebido o cheque da comparticipação pecuniária, dirigi-me à Direcção dos Serviços de Finanças (DSF) para saber o que se passava. O funcionário da DSF disse

que eu não tinha pago o imposto profissional e que, segundo as informações disponíveis, entre 1991 e 1992, trabalhei em cinco empresas diferentes sem pagar o imposto, razão pela qual foi penhorada a minha comparticipação pecuniária para cobrar coercivamente o imposto em dívida. Desde que eu tirei o curso secundário, trabalho sempre na mesma empresa e nunca trabalhei em regime de tempo parcial. Além do mais pago pontualmente os impostos. Como é que contraí dívidas com os impostos? Além do mais, nunca recebi a notificação da DSF sobre a cobrança de qualquer imposto. Sem sombra de dúvida, foi engano deles! — Kit Ieng contou toda a história a Meng Fai.

— É verdade. Já que foi um engano, podes reclamar junto da DSF.

— Apresentei logo uma reclamação mas a mesma foi indeferida pela DSF. Isto é uma calúnia contra mim! Não tenho mais para onde me virar! — disse Kit Ieng alterada.



— Não admira que estejas tão irritada. Eu também tenho experiência em sofrer irregularidades praticadas por um serviço público. Na altura fui pedir ajuda ao CCAC e o problema foi logo resolvido, fazendo-se justiça. Que tal pensares em apresentar queixa ao CCAC? — Encorajada por Meng Fai, Kit Ieng ligou para a linha aberta para a Provedoria de Justiça do CCAC...

De imediato o pessoal do CCAC procedeu à investigação e análise, sendo apurado que do Boletim de Inscrição do Imposto Profissional - 1.º grupo (M/2), preenchido por Kit Ieng, constava uma inexactidão do endereço. O endereço preenchido em chinês e em português no respectivo boletim eram diferentes e aparentemente não haviam sido escritos pela mesma pessoa. Por isso, o CCAC comunicou o caso à DSF e solicitou que os dados fiscais de Kit Ieng fossem reexaminados.

Posteriormente, a DSF oficiou ao CCAC informando que o endereço em português do Boletim de Inscrição do modelo M/2 de Kit Ieng havia sido preenchido pelo pessoal da DSF, tendo havido erro na tradução do mesmo, o que justificaria a desconformidade detectada nas versões portuguesa e chinesa do endereço de Kit Ieng. Naquela altura, a DSF enviou a notificação sobre a cobrança coerciva do imposto profissional para o endereço em português que constava do boletim, não tendo, por isso, Kit Ieng recebido, oportunamente, a referida notificação. A DSF acabou por decidir revogar a cobrança coerciva do imposto profissional de Kit Ieng, relativo aos anos financeiros de 1991 e 1992, não tendo, por outro lado, desencadeado novo procedimento de liquidação, visto que a liquidação legal do respectivo imposto profissional já havia prescrito.

— Afinal, fizeram justiça por mim! — Kit Ieng disse entusiasmadamente e telefonou logo para Meng Fai — Vamos organizar um bom jantar com a minha participação pecuniária!



Multa fora de prazo deve ser paga

Certa manhã, no Restaurante “Chan Kei”, os clientes de algumas mesas tapavam a boca e nariz, olhando com insatisfação para uma mesa ao canto. Entretanto, o patrão Chan do restaurante saiu da cozinha e, ao ver esta situação, dirigiu-se para um velho cliente, o tio Kin repreendendo-o — Tio Kin, quantas vezes te disse que é proibido fumar aqui. Já foste multado por um inspetor do Gabinete para a Prevenção e Controlo do Tabagismo (GPCT). Queres ser multado mais uma vez?

Ouvindo a repreensão do patrão Chan, o tio Kin ficou embaraçado e apagou o cigarro, mas continuou a dizer com desacordo: — Não paguei a multa que me foi aplicada na última vez. Já passou o prazo há muito tempo e o GPCT também não me apressou a pagar. Por isso, não terei medo mesmo que me seja multado novamente.



Meng Ko que estava sentado ao lado do tio Kin abanou a cabeça: — Há pouco tempo, o meu primo do Interior da China viajou para Macau com visto individual. Tal como você, apanhou uma multa do GPCT. Depois de voltar para o Interior da China é que se lembrou de não ter pago a multa dentro do prazo legal. Ele pensava que ia ser cobrada a multa quando viesse

novamente para Macau. Posteriormente, sempre conseguiu passar a fronteira sem nenhum problema. Quanto à multa, nada de concreto foi feito, parecendo deste modo que o talão da multa do GPCT não surtiu efeito para o fumador infractor...

Chi Meng, filho do patrão Chan, aluno do curso de Direito na universidade, que ajudava no restaurante do pai, depois de ouvir a conversa, ficou perplexo, considerando que o GPCT, enquanto serviço competente para



autuar os fumadores infractores, permitia aos mesmos o não pagamento da multa no prazo e não efectuava a cobrança coerciva, sendo uma manifesta injustiça para as pessoas que cumprem a lei e pagam as multas voluntariamente. Para verificar se o GPCT cometeu erro, Chi Meng ligou para a linha aberta para a Provedoria de Justiça do CCAC.

Exposta a situação, o CCAC procedeu imediatamente à investigação e informou-se da situação junto da Direcção dos Serviços de Finanças (DSF), tendo apurado que os Serviços de Saúde, na verdade, não tinham encaminhado os casos de multa em relaxe para a Repartição das Execuções Fiscais da DSF para efeito de cobrança coerciva. Por sua vez, os Serviços de Saúde apenas informaram na resposta que, no tratamento dos procedimentos relativos às infracções administrativas, o GPCT tem que cumprir rigorosamente a lei para evitar vícios nos procedimentos. Além disso, os Serviços de Saúde afirmaram que estão a acompanhar activamente os casos e que as notificações de multa e certidões de relaxe já começaram a ser remetidas.

Na opinião do CCAC, quando da recepção da queixa, o Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo ia completar dois anos de vigência e a lei em vigor prevê que o procedimento para aplicação das sanções prescreve no prazo de dois anos. Por isso, se os Serviços de Saúde não conseguirem executar as decisões de aplicação de multa nos casos de falta de pagamento dentro do prazo legal, é provável, para os casos autuados, o direito de cobrança da multa extingue-se por prescrição. Assim, o CCAC oficiou aos Serviços de Saúde solicitando-lhes que, além de um processo correcto de autuação, prestem atenção à prescrição do procedimento sancionatório.

Posteriormente, quando o CCAC se informou de novo da situação junto dos Serviços de Saúde, tomou conhecimento de que os Serviços de Saúde já tinham começado a executar gradualmente as decisões de aplicação de multa por infracção e encaminhar os casos de multa para a Repartição das Execuções Fiscais da DSF, não havendo nenhum caso de impunidade por prescrição.



Boa organização na forma de inscrição

Logo de manhã cedo, Nga Pui chegou ao Instituto de Formação Turística (IFT), seguindo a fila, para se inscrever num curso muito procurado e por ela preferido desde há muito tempo. No entanto, depois das formalidades de inscrição para as primeiras quatro pessoas que estavam na fila de espera, os



outros foram informados que o total das 18 vagas já estavam preenchidas. Muito perplexa, Nga Pui insistiu em perguntar a razão para tal decisão.

O IFT esclareceu-lhe que, era admitido que a inscrição no referido curso fosse feita pessoalmente ou via *internet*. E que as pessoas que se inscreviam para o curso via *internet* não requeriam o benefício do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, pelo que o procedimento para essas inscrições era mais rápido. Por isso, foram admitidas apenas quatro pessoas que se inscreveram pessoalmente, sendo que as restantes vagas foram preenchidas por inscrições via *internet*.

Ngai Pui achou muito injusta esta forma de inscrição, pois as pessoas que efectuavam pessoalmente sua inscrição tinham que esperar na fila durante muito tempo, muito mais cansativa do que aqueles que se inscreveram via *internet*, sendo pelo contrário menor a probabilidade de inscrição. Quando mais pensava, mais se irritava, não se contendo escreveu uma queixa para manifestar a sua opinião.

Um pouco mais tarde, Nga Pui recebeu uma resposta do IFT, na qual se explicava que o IFT tem vindo a aplicar o modelo de “1-registo, 2-sorteio, 3-inscrição” para os cursos mais procurados e, de acordo com a experiência do IFT, o curso que Nga Pui pretendia frequentar não costumava ser preenchido tão rapidamente, por isso se permitiu que a inscrição fosse feita quer via *internet* quer pessoalmente ao balcão do IFT. Acrescentou que o IFT iria



rever periodicamente a forma de inscrição. No entanto, Nga Pui continuou insatisfeita com a resposta do IFT. Entendeu que o problema residia no facto de que a probabilidade de sucesso da inscrição via *internet* ser maior do que da inscrição pessoal, demonstrando que a probabilidade de sucesso das duas formas de inscrição era diferente. Além disso, com que critério é que o IFT definia quais os cursos mais procurados? Nga Pui insistiu que a forma de inscrição adoptada pelo IFT era injusta para aqueles que esperavam pessoalmente na fila para fazer inscrição. Se no futuro o IFT adoptasse novamente esta forma de inscrição e ela precisasse ainda de beneficiar do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, mesmo que seguisse a fila mais cedo, a sua oportunidade iria por água abaixo.

Para salvaguardar os seus direitos e interesses, Nga Pui ligou para a linha aberta para a Provedoria de Justiça do CCAC.

O CCAC acompanhou de imediato a queixa de Nga Pui. Segundo o que foi apurado, o IFT exigiu que os interessados se inscrevam pessoalmente quando pretendem pagar com o subsídio do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, cujo procedimento é muito moroso. A inscrição via *internet* é muito mais rápida, por não envolver o pagamento do subsídio. Além disso, vários interessados podem proceder, ao mesmo tempo, à sua inscrição via *internet* no seu computador, pelo que quando há mais pessoas interessadas no mesmo curso, é mais difícil conseguir a inscrição pessoalmente no IFT do que via *internet*. Por outro lado, na opinião do CCAC, esta forma de inscrição aplicada pelo IFT aos cursos com menor procura, reduz substancialmente a possibilidade de conseguir a inscrição dos candidatos que tem de se dirigir pessoalmente, podendo afectar a execução e a implementação do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo.

Posteriormente, o IFT determinou alterar o início da inscrição via *internet* nos cursos para as 13 horas do primeiro dia de inscrição. No entanto, o CCAC entende que esta nova medida poderia desincentivar a inscrição via *internet*, passando todos a ir pessoalmente ao IFT para proceder à inscrição nos cursos, o que não iria facilitar a vida à população e elevar a eficiência administrativa. Além disso, não era adequada a adopção pelo IFT do modelo de “1-registo, 2-sorteio, 3-inscrição” para os cursos mais procurados com base na experiência, porque haveria possibilidades de outros cursos menos procurados



virem a ser preenchidos de imediato. Assim provocaria o descontentamento dos que chegassem muito cedo para proceder à inscrição pessoalmente mas sem sucesso.

Por conseguinte, o CCAC sugeriu a aplicação do modelo de “1-registo, 2-sorteio, 3-inscrição” para todos os cursos, facilitando assim a vida à população e sem prejudicar a implementação do governo electrónico. Por fim, o IFT aceitou a sugestão do CCAC. Agora o modelo de “1-registo, 2-sorteio, 3-inscrição” aplica-se a todos os cursos não sujeitos a prova de admissão. Nga Pui ficou muito satisfeita ao saber isso.





Execução selectiva da lei?

— Olhem para isto. Será que a polícia está a fazer cumprir a lei de forma selectiva? Enviaram-me, num curto espaço de tempo, dois talões de multa. Assim, além de ser um desperdício do erário público, parece sem dúvida nenhuma, um acto contra mim! — Na sala de denúncias do Posto de Atendimento de Queixas do CCAC, o Sr. Lam mostrou ao pessoal do CCAC duas notificações de pagamento de multa enviadas pelo Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP).

— Sr. Lam, podia contar-nos, de forma pormenorizada, a situação que motivou o seu descontentamento? — pediu o pessoal do CCAC ouvindo com atenção a queixa do Sr. Lam.

Acontece que há dias o Sr. Lam foi autuado por estacionar o seu carro “sem pagar a tarifa de estacionamento”. Entretanto, a polícia não passou multa aos outros dois veículos estacionados em lugares de estacionamento providos de parquímetros que estavam temporariamente tapados. Posteriormente, o Sr. Lam recebeu uma notificação de pagamento de multa enviada pelas autoridades policiais e, pouco depois, recebeu mais uma notificação. — Ordenaram-me várias vezes para pagar a multa por me atrasar um pouco para meter dinheiro no parquímetro, enquanto aqueles que estacionaram os seus carros ilegalmente e de forma abusiva, não foram penalizados. Isto é manifestamente uma falta de justiça na execução da lei. Vocês têm que fazer justiça por mim — disse o Sr. Lam com determinação.

Depois de receber a queixa do Sr. Lam, o pessoal do CCAC foi logo informar-se da situação junto do serviço visado. Após a averiguação, verificou-se que devido à necessidade de se realizarem obras na via em causa, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais remeteu um pedido à Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) para bloquear dois lugares de estacionamento providos de parquímetros e colocar vedações na respectiva via, bem como tapar, com saco de plástico de cor preta, o sinal de estacionamento autorizado para a proibição de estacionamento de veículos na tal zona. No dia da ocorrência do incidente, após terem recebido queixa, as autoridades policiais enviaram de imediato agente para operações

de acompanhamento *in loco*. Perante a situação, por falta de outras medidas legalmente previstas para proibir o estacionamento e sem ter verificado qualquer obstrução ao trânsito, o agente decidiu não proceder à autuação por falta de fundamento.

Após a análise, o CCAC entende que quando há falta de outras medidas legalmente previstas para proibir o estacionamento, colocar simplesmente vedações na via e tapar o sinal de estacionamento autorizado em parquímetros, torna-se difícil considerar que há irregularidade administrativa quando um condutor insista em estacionar o seu veículo na tal zona e o agente policial não proceder à autuação por falta de fundamento. Para evitar a ocorrência de situações idênticas, o CCAC solicitou por ofício à DSAT para efectuar as diligências necessárias para o acompanhamento do caso. Face às mesmas situações, a DSAT prometeu exigir, futuramente, a colocação do sinal de proibição de estacionamento pelas entidades requerentes de forma a que as autoridades policiais façam cumprir a lei com fundamento.

Relativamente à questão do CPSP ter enviado, ao Sr. Lam num curto espaço de tempo, duas vezes a mesma notificação, segundo a explicação dada pelo mesmo, foi um lapso informático na identificação de dados. Para evitar a ocorrência de mais casos idênticos, os serviços competentes solicitaram à subunidade que coordena os serviços técnicos para acompanhar a situação, alertando o seu pessoal para ter especial atenção ao funcionamento do sistema.



Recebida a resposta do CCAC, o Sr. Lam ficou aliviado por compreender que a polícia não tinha autuado os outros dois veículos por causa de falta do fundamento, pelo que lhe ter passado a multa não é um acto contra ele próprio.



